

SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL NA BA

Estudo Técnico Preliminar 21/2025

1. Informações Básicas

[Este documento é sigiloso | Justificativa: Justificativa para Classificação Sigilosa do Estudo Técnico Preliminar (ETP) O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade instruir processo de contratação de solução tecnológica para identificação e bloqueio de sinais de dispositivos móveis, bem como o estabelecimento de comunicação segura em ambientes operacionais sensíveis, com aplicação direta em atividades de segurança pública de alta complexidade. Considerando a natureza estratégica da tecnologia, bem como os riscos concretos de comprometimento da segurança institucional e operacional em caso de divulgação irrestrita, a atribuição de classificação sigilosa ao ETP se mostra medida necessária e proporcional, sustentada nos seguintes fundamentos: Preservação da Inteligência Operacional e Tática: A solução em análise possui emprego direto em operações policiais voltadas ao cumprimento de mandados de prisão, busca e apreensão e desarticulação de organizações criminosas de alta periculosidade. A divulgação pública das características funcionais e operacionais do sistema comprometeria a surpresa tática, pois permitiria que alvos potenciais desenvolvessem contramedidas tecnológicas, alterações de comportamento e estratégias de evasão, reduzindo substancialmente a efetividade das ações policiais. Mitigação de Riscos à Integridade Física e Proteção de Vidas: O uso da tecnologia proposta objetiva reduzir riscos diretos aos agentes de segurança pública e à população civil. A exposição de detalhes técnicos poderia ser explorada por grupos criminosos para neutralizar o equipamento ou elaborar formas de contrassenso operacional, aumentando o risco de emboscadas, confrontos armados e outras situações de elevado potencial lesivo à vida e à integridade física de policiais e cidadãos. Garantia da Segurança Institucional: A solução fortalece a capacidade institucional da Polícia Judiciária da União, incrementando a segurança orgânica de instalações sensíveis e a eficiência em operações especiais de campo. O caráter estratégico da tecnologia transcende o âmbito policial, abrangendo também situações de defesa civil, enfrentamento a desastres, catástrofes e emergências públicas, em que a confiabilidade da comunicação é requisito essencial para a coordenação interinstitucional. A exposição pública de parâmetros sensíveis fragilizaria não apenas a ação policial, mas também interesses superiores de segurança nacional. Prevenção de Uso Indevido por Organizações Criminosas: A descrição detalhada das funcionalidades poderia ser indevidamente apropriada por facções criminosas para desenvolver mecanismos de sabotagem, interferência ou evasão. Em cenário de criminalidade organizada e tecnologicamente capacitada, a disponibilidade de tais informações potencializaria riscos de ataques cibernéticos e prejuízo à segurança pública e à ordem institucional. Proteção da Capacidade Comunicacional e da Continuidade Operacional: A adoção da solução tecnológica ampliará a interoperabilidade e a resiliência comunicacional das forças policiais, especialmente em ambientes hostis ou sujeitos a sofisticadas tentativas de interceptação. A manutenção do sigilo sobre as especificações técnicas é condição indispensável para garantir a continuidade operacional, a efetividade das ações coordenadas e a proteção contra vulnerabilidades exploráveis por terceiros. Diante do exposto, e com base nos fundamentos operacionais, estratégicos e legais apresentados, conclui-se que a classificação sigilosa do Estudo Técnico Preliminar não apenas se revela legítima, mas sobretudo essencial para resguardar a segurança pública, prevenir riscos à vida de agentes e civis, preservar a eficiência e proteger o interesse maior da sociedade e do Estado brasileiro.]

Número do processo: 08123.000136/2025-00

2. Tratativas Iniciais

2.1 O Estudo Técnico Preliminar da Contratação (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda (DFD) visando aquisição de uma Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM).

Descrição do Objeto da Contratação
Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM) composta por kit embarcado (multimodal) e solução portátil.

2.2 Ainda mais, o ETP busca demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação com vistas a apontar a solução que melhor atende ao interesse da Administração.

2.3 A Lei 14.133/2022, Lei de Licitação e Contratos, em seu art. 18, detalha o conteúdo do ETP, veja-se:

Art. 18 (...) § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

- I – descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II – demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III – requisitos da contratação;
- IV – estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI – estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII – descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII – justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- IX – demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- X – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
- XI – contratações correlatas e/ou interdependentes;
- XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Grifo nosso)

2.4 Os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º do art. 18 (grifados anteriormente) devem constar obrigatoriamente do ETP, sendo necessário justificar a ausência dos demais, conforme destaca o manual do Tribunal de Contas da União acerca de Licitações e Contratos na sua 5ª edição. Dessa forma, a composição do ETP e a complexidade na abordagem de cada elemento dependerão das características do caso concreto.

2.5 A análise comparativa de soluções deve considerar, além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação. É na elaboração do ETP que diversos aspectos devem ser levantados com maior profundidade, para que os gestores se certifiquem da necessidade da área demandante e, assim, tenham condições de atendê-la.

2.6 Assim, tendo como premissa que os riscos são gerenciáveis e os resultados pretendidos com a contratação valem o preço estimado inicialmente, o ETP embasa a elaboração do Termo de Referência (TR). Esse somente é elaborado se a contratação for aqui considerada viável, após todo o estudo técnico realizado.

2.7 É como a Instrução Normativa nº 58/2022 da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia aduz:

Art. 3º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

- I - Estudo Técnico Preliminar - ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

2.8 Nessa toada, a Polícia Federal (PF) está comprometida constitucionalmente com a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Este ETP demonstra esse compromisso contínuo e ratifica o investimento constante em pesquisa e desenvolvimento para oferecer as melhores soluções tecnológicas no âmbito de investigação a fim de garantir a maestria da atividade fim de polícia judiciária.

2.9 Das informações básicas complementares relevantes

2.9.1 Os bens referenciados neste estudo, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de bens comuns, conforme definido no XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2.9.2 O objeto pretendido para a futura contratação não se enquadra como atividade de custeio e, também, não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.10. Do não enquadramento do objeto como TIC.

2.10.1 O referido objeto da licitação não se enquadra como solução de TIC. Detalhadamente, o ANEXO II da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, aduz:

1.1. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE TIC

a) São considerados recursos de TIC equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação da informação, a exemplo de: desktops, notebooks, coletores de dados do tipo personal digital assistant - PDA, equipamentos de coleta de dados satelitais, monitores de vídeo, impressoras, impressoras térmicas, scanners de documentos, tablets, incluindo-se serviços de manutenção e suporte desses equipamentos;

b) Excluem-se dessa categoria mouses, teclados, caixas de som, projetores, televisores em geral, dispositivos Radio Frequency Identification - RFID, impressoras 3D, aparelhos telefônicos (como fixos, celulares e smartphones), relógio de ponto, rádio comunicadores e **estações rádio base**, câmeras fotográficas e webcam adquiridas isoladamente, cartuchos, toners e demais insumos de impressão, plotters, drones e veículos tripulados ou não tripulados, equipamentos de segmento médico, construção civil, tráfego aéreo, máquinas de produção industrial, equipamentos de raio-x (inclusive para controle de acesso), segmentos de áudio e vídeo, fechaduras eletrônicas, bloqueadores de sinais de celular e gravadores de áudio digital ou analógico. (grifo noso)

2.10.2 Em consonância com Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, essa equipe de planejamento da contratação, de forma diligente, solicitou manifestação da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI/PF, unidade responsável por todo o parque tecnológico da Polícia Federal, no sentido de análise quanto a classificação da aquisição do objeto proposto neste estudo técnico preliminar.

2.10.3 O objeto previsto neste ETP foi analisado pelo Serviço de Telecomunicações e Comunicação Crítica da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI/PF), Despacho SEI nº 40727638, ratificado pelo Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - Despacho SEI nº 40727638, o qual se manifestou favoravelmente ao prosseguimento do estudo para subsidiar futura eventual contratação.

2.11. Da obrigatoriedade de Homologação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

2.11.1 A contratação de equipamentos de telecomunicações pela Administração Pública deve observar rigorosamente os princípios da legalidade, eficiência e segurança, especialmente no que tange à homologação técnica dos produtos. A homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) é condição indispensável para a comercialização e uso de tais equipamentos no território nacional, conforme estabelecido pela legislação vigente e reforçado por jurisprudência dos órgãos de controle.

2.11.2 Nos termos da Constituição Federal, Arts. 21 e 22, compete privativamente à União legislar sobre telecomunicações, atribuindo à ANATEL a função reguladora e fiscalizadora do setor. A Lei nº 9.472/1997 – Lei Geral de Telecomunicações (LGT), Arts. 19, e 162 a 175, confere à ANATEL a competência para certificar e homologar equipamentos de telecomunicações, garantindo que apenas produtos compatíveis com os padrões técnicos e regulatórios nacionais sejam utilizados.

2.11.3 A Resolução nº 715/2019 da ANATEL reforça esse entendimento ao estabelecer que somente produtos homologados pela Agência podem ser comercializados e utilizados no Brasil, sendo vedada a substituição da homologação nacional por certificações estrangeiras. Estas podem, no máximo, subsidiar o processo de homologação, mas não o substituem.

2.11.4 A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) também é clara ao vedar a aquisição de produtos não homologados, destacando que a ausência de homologação configura irregularidade grave, passível de responsabilização dos gestores e de nulidade do contrato. O TCU tem reiteradamente afirmado que a homologação pela ANATEL é um requisito legal e técnico obrigatório, especialmente em contratações que envolvam segurança pública, inteligência e operações sensíveis.

2.11.5 Veja-se o ACÓRDÃO 1069/2024 - PLENÁRIO do TCU:

14. No caso dos autos, foi identificado que o Termo de Referência do Pregão 13/2023 falhou ao deixar de prever a homologação pela Anatel como critério de aceitabilidade para os produtos objeto dos itens 1 e 2 do certame (aeronaves teleguiadas - drones). Esta omissão contrariou explicitamente o comando do art. 3º da Lei 10.520/2022, que determina o estabelecimento, na fase preparatória do pregão, dos critérios de aceitação da proposta, critérios esses que, em se tratando de produtos regulados por setores específicos, devem abranger a conformidade daqueles com os normativos expedidos pelas respectivas agências reguladoras, de modo a garantir a segurança e a funcionalidade deles esperadas. (grifo nosso)

2.11.6 Com isso, já se faz oportuno prever neste ETP, ratificado no TR, que é necessária a obrigatoriedade de homologação da ANATEL para comercialização e utilização dos equipamentos estudados neste documento.

2.12 Da possibilidade de contratação internacional

2.12.1 A Lei nº 14.133/2021, que institui marco legal para licitações e contratos administrativos no Brasil, não apenas permite, mas incentiva a adoção de procedimentos que maximizem a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.12.2 Diante da necessidade de selecionar soluções tecnológicas a partir de um mercado global diversificado e tecnologicamente avançado, a contratação internacional pode emergir como o instrumento jurídico que melhor atende aos princípios e objetivos da nova legislação.

2.12.3 Essa abordagem alinha-se perfeitamente aos objetivos do processo licitatório, descritos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que incluem "assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública" e "evitar contratações com sobrepreço". A contratação em escala global mitiga o risco de preços inflados por um mercado doméstico com poucas opções ou pela dependência de um único fornecedor com elevado poder de barganha.

2.12.4 É imperativo compreender que, no contexto de tecnologias investigativas de alta complexidade, o conceito de "proposta mais vantajosa" é multidimensional e transcende a simples análise do menor preço. A vantajosidade de um equipamento tecnológico deve ser aferida por um conjunto de variáveis técnicas e logísticas, como confiabilidade, funcionalidade, aplicabilidade, durabilidade, modularidade, custo do ciclo de vida e a robustez da cadeia de suprimentos do fabricante.

2.12.5 A adoção de contratação internacional direta pode trazer uma série de vantagens, podendo-se descrever o cenário assim:

1. As opções de compras nacionais apresentam preços muito superiores ao valor praticado no mercado internacional, sobretudo porque, em diversos casos, os fornecedores nacionais atuam como intermediários de fabricantes estrangeiros;
2. A contratação direta internacional assegura o uso racional dos recursos públicos, evitando sobrepreço e desperdício, em consonância com o citado art. 11 da Lei nº 14.133/21, que impõe à Administração a seleção da proposta mais vantajosa;
3. Embora existam fornecedores nacionais, a concorrência não é efetiva, pois estes apenas revendem produtos fabricados no exterior, aplicando margens comerciais elevadas;
4. O Tribunal de Contas da União já reconheceu que a inviabilidade de competição pode decorrer de fatores econômicos que tornam uma solução desproporcionalmente onerosa em relação a alternativas equivalentes no mercado internacional. Em tais casos, a contratação direta é admitida como forma de preservar a economicidade e evitar sobrepreço ao erário.

2.12.6 Além disso, a preservação da isonomia e da eficiência é um aspecto essencial. Uma licitação restrita ao mercado nacional, quando esse apresenta preços inflacionados, poderia violar indiretamente o princípio da isonomia (art. 5º, caput) e o da eficiência (art. 5º, III), pois impediria que o Estado tivesse acesso a soluções idênticas ou superiores a preços mais vantajosos no mercado externo.

2.12.7 A contratação internacional também garante acesso direto à tecnologia, reduzindo riscos de dependência de intermediários nacionais. Essa modalidade assegura suporte técnico direto do fabricante, maior confiabilidade e agilidade no fornecimento de peças e atualizações, fortalecendo a segurança e a eficácia do serviço público.

2.12.8 Além disso, considerando a natureza estratégica do objeto — tecnologias de investigação e segurança pública —, a aquisição internacional pode promover celeridade, evitando atrasos que poderiam ocorrer em um processo licitatório tradicional e protegendo o interesse público.

2.12.9 Em síntese, a contratação internacional é juridicamente defensável quando se comprova documentalmente que o mercado nacional pratica preços significativamente superiores sem agregar valor tecnológico, que os fabricantes estrangeiros são os verdadeiros detentores da tecnologia e que a contratação direta representa a única forma de assegurar economicidade e vantajosidade, conforme exige a Lei 14.133/2021.

2.12.10 Diante dessas justificativas, a equipe de planejamento da contratação apresenta nesse estudo a possibilidade de aquisição internacional, assegurando eficiência, segurança e melhor utilização dos recursos públicos.

2.13 Do planejamento da contratação e o princípio da Anualidade Orçamentária

2.13.1 A presente contratação deve estar em conformidade com o Plano de Contratações Anual (PCA), instrumento de planejamento que consolida as demandas de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da Administração Pública. O PCA busca **assegurar eficiência, economicidade, padronização e transparência** nas aquisições, além de possibilitar melhor gestão orçamentária e financeira.

2.13.2 A inclusão desta contratação no PCA demonstra que a necessidade foi previamente analisada, planejada e justificada, atendendo às diretrizes de governança e ao disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 10 de janeiro de 2019 (e demais normativos aplicáveis). Dessa forma, garante-se que o processo esteja alinhado ao planejamento estratégico institucional, evitando contratações emergenciais, fragmentadas ou desalinhadas às prioridades do órgão.

2.13.3 Ainda mais, a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) consolida o PCA, perfazendo a divulgação das necessidades de acordo com as unidades gestoras respectivas. Aqui, resta evidente o detalhamento organizacional e a informação disponibilizada aos possíveis fornecedores.

2.13.4 Assim, a contratação ora estudada não se trata de iniciativa isolada, mas de ação prevista e validada dentro do planejamento anual, reforçando o compromisso da Administração com a boa governança, a racionalização de recursos públicos e o atendimento aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência.

2.13.5 Adicionalmente, é necessário observar o princípio da anualidade orçamentária, previsto no artigo 167, III, da Constituição Federal (CF/88), que determina que a execução orçamentária deve ocorrer dentro do exercício financeiro correspondente. Assim, qualquer contratação deve estar compatível com o planejamento orçamentário vigente, respeitando os limites e previsões estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.13.6 Portanto, a observância da homologação pela ANATEL, da previsão da contratação no PCA e da anualidade orçamentária não apenas garante a legalidade da contratação, mas também assegura a eficiência operacional, a segurança institucional e a conformidade com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

3. Descrição da necessidade

3.1 A Polícia Federal, no exercício de suas competências constitucionais e legais, enfrenta desafios crescentes no combate à criminalidade organizada, transnacional e de alta complexidade. O avanço tecnológico das organizações criminosas tem dificultado a atuação policial, especialmente nas fases de identificação e localização de terminais móveis investigados.

3.2 Nesse contexto, torna-se essencial a aquisição uma **solução tecnológica capaz de identificar, bloquear sinais de dispositivos móveis e estabelecer uma comunicação segura no ambiente operacional**, com o objetivo de:

- Aumentar a efetividade no cumprimento de decisões judiciais, especialmente aqueles voltados ao cumprimento de mandados de prisão e busca e apreensão;
- Reduzir riscos operacionais para os agentes de segurança pública e a população em geral em operações policiais;
- Aprimorar a segurança da sociedade;
- Fortalecer a atuação da Polícia Judiciária da União.

- Apoiar os órgãos de defesa civil em desastres civis e/ou catástrofes;
- Melhorar a eficiência de comunicação entre os operadores de segurança pública.
- Melhorar a capacidade institucional de segurança orgânica;

3.3 Essa demanda decorre da previsão da CF/88 que aduz:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

- I. apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- II. prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- III. exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- IV. exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

3.4. Além disso, o Decreto nº 11.348/2023 ainda detalha as competências da Polícia Federal:

Art. 43. À Polícia Federal cabe exercer as competências estabelecidas no Parágrafo 1º do Art. 144 da Constituição Federal, e, especificamente:

- I. apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, além de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, conforme previsto em lei;
- II. prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas e o contrabando e o descaminho de bens e de valores, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos, nas suas áreas de competência;
- III. exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- IV. exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;
- V. coibir a turbacção e o esbulho possessório dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da administração pública federal, sem prejuízo da manutenção da ordem pública pelas polícias militares dos Estados e do Distrito Federal;
- VI. acompanhar e instaurar inquéritos relacionados com direitos humanos e conflitos agrários ou fundiários e aqueles deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, além de prevenir e reprimir esses crimes; e
- VII. exercer as atividades de segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e de seus familiares, quando demandada.

3.5 Ainda mais, a lei nº 13.675/2018, instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de **atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade.**

3.6 A PF é integrante operacional do SUSP, devendo atentar aos princípios, diretrizes e objetivos, especialmente aqueles vinculados à eficiência na prevenção, repressão, apuração e controle das infrações penais, proteção a vida, do patrimônio e do meio ambiente, bem como otimização dos recursos materiais, humanos e financeiro.

3.7 Para isso, é essencial o fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, buscando fomentar as instituições de segurança pública por meio de **investimentos no desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica**.

3.8 A Diretoria de Inteligência Policial da PF (DIP/PF) tem como competência, dentre outras, pesquisar, avaliar e propor a aquisição de ferramentas para a execução de atividades de inteligência e contrainteligência policial, bem como de investigações policiais. Com isso, objetiva-se suprir a **atividade fim de polícia judiciária da união** frente à tecnologia aplicada ao combate a crimes.

3.9 Diante do todo exposto, referente a necessidade de tecnologia, bem como atendimento da legislação em vigor, a aquisição uma solução tecnológica capaz de identificar, bloquear sinais de dispositivos móveis e estabelecer uma comunicação segura no ambiente operacional, trará diversos benefícios nas competências desta **Polícia Judiciária da União**.

3.10 Nesse contexto, entende-se por comunicação segura aquela estabelecida de forma restrita e seletiva entre usuários previamente autorizados, com garantia de integridade, autenticidade e disponibilidade do sinal, em ambiente operacional controlado, sem qualquer funcionalidade de interceptação ou acesso ao conteúdo de comunicações telefônicas ou telemáticas, observadas as normas da ANATEL, os marcos legais vigentes e os princípios constitucionais da legalidade, privacidade e proteção de dados.

3.11 Aqui, a expressão se refere à capacidade de a solução:

- **viabilizar comunicação seletiva** pelo Serviço Móvel Pessoal (SMP), apenas com usuários previamente autorizados;
- **isolar redes virtuais**, aceitando ou rejeitando terminais conforme critérios técnicos e operacionais;
- permitir **controle do tráfego de sinais sem interceptar conteúdo**, respeitando os limites legais; e
- oferecer **proteção contra acessos indevidos**, interferências ou conexões não autorizadas.

3.12 Com isso, a plataforma que se objetiva adquirir deve atuar de forma controlada, seletiva e restrita a usuários autorizados, em ambiente operacional protegido, garantindo integridade, autenticidade e disponibilidade da comunicação, sem qualquer interceptação de conteúdo das comunicações telefônicas ou telemáticas, em conformidade com os marcos legais e regulatórios aplicáveis.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá cumprir todas as legislações, normas técnicas e regulamentos aplicáveis, incluindo aqueles definidos internamente ou por órgãos governamentais competentes.

4.2 Partindo dos direitos constitucionais fundamentais, como o direito à vida privada, intimidade e honra, assegurados pelo art. 5º, X, da CF/88 e pelo art. 21, do Código Civil de 2002, devem ser observados os normativos relacionados à dignidade da pessoa humana, vida, liberdade, prevalência dos direitos humanos, defesa da paz e, em especial, as seguintes normas, dentre outras:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - regulamenta a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei nº 9.472, 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94;
- Portaria MJSP nº 961 de 2025 - estabelece princípios e regras para o uso de soluções de tecnologia da informação nas atividades de investigação criminal e inteligência de segurança pública; e
- Normativos previstos pela Agência Nacional de Telecomunicação – ANATEL, fundamentalmente, Resolução nº 715/2019.

4.3 Requisitos Técnicos

4.3.1 A solução proposta, denominada Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM), destina-se à detecção, identificação, bloqueio seletivo, localização e análise de dispositivos móveis e equipamentos de transmissão de dados presentes em redes celulares comerciais em operação (2G a 5G) com vistas a subsidiar ações de inteligência de Polícia Judiciária, diagnósticos técnicos e apoio a operações externas dentro das competências da Polícia Federal.

4.3.2 A PLBATM deverá ser capaz de:

1. Detectar e identificar dispositivos móveis e equipamentos do tipo User Equipments (UEs) conectados à rede celular - incluindo Customer Premises Equipment (CPE), incluindo modems, roteadores e demais dispositivos com capacidade de acesso direto à rede móvel.
2. Localizar com precisão e de forma autenticada terminais móveis de interesse, com capacidade de georreferenciamento e rastreamento em tempo real;
3. Bloquear seletivamente sinais de radiofrequência, quando autorizado, com vistas à neutralização de ameaças ou à proteção de operações sensíveis;
4. Viabilizar comunicação seletiva, por meio do Serviço Móvel Pessoal (SMP), com usuários autorizados, respeitando os limites legais e operacionais vigentes.

4.3.3 O equipamento denominado Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM), destina-se aos objetivos informados acima. O referido sistema **não deverá possuir, de forma alguma, qualquer funcionalidade de interceptação do conteúdo das comunicações.**

4.4 Requisitos Funcionais

4.4.1 A PLBATM será estruturada por meio de **módulos de operação embarcados em viaturas**, além de contar com **módulos portáteis para operações desembarcadas**, garantindo flexibilidade e mobilidade em diferentes cenários operacionais.

4.4.2 A solução como um todo deverá:

4.4.2.1 Realizar o escaneamento da rede celular com detecção automática dos canais ativos em todas as tecnologias disponíveis. O sistema deve oferecer dois modos de varredura: uma rápida, com duração de até 5 minutos, e outra detalhada, com análise criteriosa por canal, podendo levar até 30 minutos.

4.4.2.2 Exibir a lista completa das Estações Rádio Base (ERBs) e dos canais identificados na área de operação.

4.4.2.3 Sugerir automaticamente o modo de trabalho ideal, indicando os canais mais adequados para irradiação, organizados por tecnologia e operadora. Deve também permitir a configuração manual do modo de operação, conforme necessidade.

4.4.2.4 O sistema precisa ser capaz de simular ERB's compatíveis com as tecnologias 2G, 3G, 4G, 5G NSA e 5G SA. Considerando a recorrente conexão de terminais brasileiros em redes estrangeiras e vice-versa, faz-se necessário o funcionamento amplo em região de fronteira. Inclusive, o Plenário do Senado aprovou o acordo que elimina os encargos de roaming internacional entre países do Mercosul (PDL 159/2022).

4.4.2.5 Realizar a captura, identificação e correlação em tempo real de parâmetros como IMSI, IMEI, SUPI, SUCI, entre outros.

4.4.2.6 Permitir a criação de listas brancas (white list) e listas negras (black list), com geração de alertas visuais e sonoros para terminais móveis investigados previamente definidos.

4.4.2.7 Exportar os dados operacionais e registros em formatos editáveis, como .csv e .json, compatíveis com plataformas de análise como IBM i2, ArcGIS, ou integráveis a sistemas existentes.

4.4.2.8 Classificar dispositivos com base em múltiplos critérios, incluindo IMSI, IMEI, MCC, MNC, ARFCN, Cell ID, fabricante, tipo de dispositivo e tecnologia de rede.

- 4.4.2.9 Estabelecer rede virtual isolada, com aceitação ou rejeição seletiva de terminais.
- 4.4.2.10 Apresentar os dados por meio de interface gráfica com recursos de georreferenciamento e visualização em mapa de calor (heatmap).
- 4.4.2.11 O sistema deve fornecer capacidade de localização de terminais móveis baseada em mapa de calor com precisão igual ou inferior a 30 metros.
- 4.4.2.12 Executar chamadas silenciosas (silent call) para ativação e rastreamento passivo de dispositivos previamente definidos.
- 4.4.2.13 Possuir capacidade de redirecionamento de UEs entre diferentes tecnologias, permitindo o downgrade de dispositivos conforme a estratégia operacional.
- 4.4.2.14 O sistema deve incluir funcionalidade de software para filtrar dispositivos não selecionados em ambientes de alta densidade, permitindo a captura seletiva de terminais móveis específicos.
- 4.4.2.15 O sistema deve permitir a transferência de terminais móveis entre as soluções para manter o rastreamento contínuo.
- 4.4.2.16 A potência de transmissão irradiada deve ser suficiente para atrair os UEs (User Equipments) localizados nas proximidades da solução, sendo regulada conforme a importância e o grau crítico da missão executada. Essa regulação visa garantir a efetividade da comunicação, ao mesmo tempo em que se busca minimizar a interferência na rede comercial existente.
- 4.4.2.17 Ressalta-se que, devido à extensão territorial do Brasil, há desafios significativos relacionados à topologia da rede de comunicações móveis. Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), é possível verificar que existem Estações Rádio Base (ERBs) licenciadas com potências irradiadas superiores aos valores médios, como:

- 2G: até 80 W
- 3G: até 60 W
- 4G: até 60 W
- 5G: até 35 W

4.4.3 Potência de transmissão Irradiada

- 4.4.3.1 O equipamento deve possuir potência média irradiada superior a 180 W (RMS), atendendo às condições de irradiação necessárias para garantir desempenho em ambientes de alta densidade de sinal e ampla cobertura, inclusive em áreas remotas ou de difícil acesso.
- 4.4.3.2 Em síntese, minimamente, as empresas devem apresentar esses requisitos funcionais:

	Requisitos Funcionais	Descrição
1	Captura e correlação de parâmetros	Captar, identificar e correlacionar parâmetros como IMSI, IMEI, SUPI, SUCI, entre outros, em tempo real.
2	Listas brancas e negras	Permitir a criação de listas brancas (white list) e negras (black list), com alertas visuais e sonoros para terminais móveis previamente definidos.
3	Escaneamento de rede celular	Executar escaneamento de rede celular em duas modalidades: varredura rápida (até 3min) e varredura criteriosa por canal (até 30 min).
4	Exportação e integração de dados	Exportar dados de operação e registros em formatos editáveis (.csv, .json), compatíveis com sistemas como IBM i2 e ArcGIS, ou integrar-se a sistemas disponíveis.

5	Classificação de dispositivos	Realizar classificação de dispositivos com base em múltiplos critérios (IMSI, IMEI, SUPI, SUCI, MCC, MNC, ARFCN, Cell ID, fabricante, tipo e tecnologia de rede).
6	Visualização georreferenciada	Visualizar dados por meio de interface gráfica com recursos de georreferenciamento e mapa de calor (heatmap).
7	Simulação de ERBs	Simular Estações Rádio Base (ERBs) compatíveis com redes 2G, 3G, 4G, 5G NSA e 5G SA.
8	Rede virtual isolada	Estabelecer rede virtual isolada, com aceitação ou rejeição seletiva de terminais.
9	Chamadas silenciosas	Executar chamadas silenciosas (silent call) para ativação e rastreamento passivo de dispositivos previamente definidos.
10	Localização por mapa de calor	Fornecer capacidade de localização de terminais móveis investigados baseada em mapa de calor com precisão ≤ 30 metros.
11	Filtro de dispositivos não-selecionados	Incluir funcionalidade de software para filtrar dispositivos não-selecionados, em ambientes de alta densidade, permitindo captura seletiva de terminais móveis investigados.

4.5 Necessidade do módulo de auditoria

4.5.1 O equipamento tecnológico a ser adquirido deve possuir **módulo de auditoria obrigatório**, capaz de registrar as operações do sistema de forma completa, datada e identificada por usuário. Esse recurso **assegura rastreabilidade, transparência e responsabilização**, além de permitir a extração de relatórios para fins de conformidade com legislações e normas em vigor. O módulo de auditoria é, portanto, um **requisito essencial** para garantir a integridade e confiabilidade das informações e proteger a administração contra passivos.

4.6 Da obrigatoriedade de homologação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

4.6.1 O equipamento proposto deverá possuir **homologação vigente expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel**, em nome do fabricante ou do fornecedor, nos termos da Lei nº 9.472/1997, Resolução Anatel nº 715/2019 e Portaria MJSP nº 961 de 2025. O fornecedor deverá apresentar, no ato da habilitação, **o certificado de homologação válido**, emitido e reconhecido pela ANATEL.

4.7 Requisitos Operacionais

A) Solução Embarcada (Multimodal)

Capacidade e Tecnologias:

- As BTS deverão incorporar nove rádios definidos por software (SDRs), operando de forma simultânea, **preferencialmente em configuração full SDR**. Caso contrário, **no mínimo dois desses rádios** deverão ser capazes de irradiar faixas já homologadas pela ANATEL para operação em 5G SA.

Serão admitidas soluções que não atendam integralmente ao conceito de full SDR, desde que cumpram a exigência mínima acima.

Caso a fornecedora venha a disponibilizar no mercado, dentro do prazo de garantia contratual de três anos, uma solução embarcada em full SDR, **deverá proceder à substituição dos equipamentos fornecidos por versões atualizadas com a nova tecnologia (considerando 2G a 5G NSA e SA)**, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE.

- A inclusão da banda de 26 GHz para 5G SA será considerada um diferencial técnico, desde que compatível com o hardware proposto.
- Suporte às tecnologias móveis: GSM, UMTS (WCDMA), LTE, 5G NSA e 5G SA, capacidade de modulação (FDD e TDD)

Instalação e Estrutura:

- Compatível com veículos
- Estrutura adequada para ambientes móveis e sujeitos a vibração (RACK).
- Kit de Antenas direcionais (6 unidades) de alto ganho (mínimo 10 dBi) certificadas para instalação interna.
- Kit de Antenas direcionais (4 unidades) certificadas e para instalação interna.
- Kit de antenas omnidirecionais dissimuladas, com design compatível com aplicações automotivas discretas, podendo assumir formatos como "rack de teto", "antena tubarão", "sun-roof" ou equivalentes. O kit deve permitir instalação em diferentes tipos de veículos com alta mobilidade, sendo possível a montagem e desmontagem rápida, segura e sem necessidade de ferramentas especializadas.
- Cada conjunto de antenas (kits) deve atender a capacidade de irradiação simultânea de 9 rádios.

Licenciamento e Configuração:

- Licenças perpétuas de hardware e de software com atualizações garantidas por 3 anos.
- Configuração específica por modo de operação, com ajuste de software e acessórios.

Operação e Funcionalidades:

- Operação nas faixas de frequência homologadas pela ANATEL (2G a 5G), incluindo FDD e TDD.
- Salto de frequência automático (frequency hopping).
- O sistema deve permitir operação autônoma veicular, alimentado exclusivamente por estação de energia (power station) portátil compatível com equipamento e que supra a autonomia mínima de 5 horas em operação contínua a 70% da potência nominal. Devem ser de íons de lítio ferro-fosfato (LiFePO), sem qualquer conexão elétrica com o veículo. As células das baterias devem ser de grau A, com alta densidade energética e ciclo de vida estendido, adequadas para aplicações táticas móveis em ambientes exigentes. É importante destacar que a equipe técnica está ciente de que a solução de alimentação por baterias ou estação de energia, embora tecnicamente viável para garantir a autonomia operacional exigida, não atende aos critérios de mobilidade, portabilidade e peso estabelecidos. Isso se deve, principalmente, ao fato de que baterias com a capacidade necessária ultrapassam os limites permitidos para transporte aéreo, conforme regulamentações internacionais de segurança. Por isso, a necessidade de duas unidades deste item.
- Carregador veicular para as baterias.
- Fonte de energia AC bivolt e DC (uso em veículos).
- Tempo de inicialização: até 4 minutos; reinicialização: até 8 minutos.
- Controle remoto seguro via tablet, notebook ou smartphone com criptografia WPA2 ou superior, autenticação LDAP e compatibilidade com rede privada/local.
- Suporte a ambientes com interferência RF, com comunicação cabeada com unidade de controle.
- Deseja-se que a solução permita o gerenciamento simultâneo de, pelo menos, duas unidades embarcadas operando de forma integrada, sendo este um ponto relevante para evolução futura do sistema e passível de desenvolvimento pela empresa.
- Habilitado o gerenciamento simultâneo de, no mínimo, duas soluções embarcadas operando de forma integrada.
- Captura em tempo real de IMSI, IMEI, SUPI, SUCI, entre outros, cobrindo redes 2G, 3G, 4G e 5G (NSA e SA).

- Engajamento de terminais móveis investigados por chamadas silenciosas, com possibilidade de escravização e transferência de controle de UE entre plataformas, desde que o dispositivo aceite chamadas telefônicas.

B) Solução Portátil (Mochila Tática)

Capacidade e Tecnologias:

- 6 rádios definidos por software (full SDRs), operando simultaneamente com capacidade multitecnologia (2G a 5G – NSA e SA). Capacidade de modulação (FDD e TDD). Se o hardware permitir, incluir a banda 26 GHZ.
- Operação autônoma em campo, com ergonomia e mobilidade para ações veladas.
- Acondicionada em mochila.
- Kit de Antenas direcionais de alto ganho (mínimo 3 dBi) certificadas.
- Kit de Antenas Omnidirecionais dissimuladas.

Licenciamento e Configuração:

- Licenças perpétuas de hardware e de software com atualizações garantidas por 3 anos.
- Configuração específica por modo de operação, com ajuste de software e acessórios.

Operação e Funcionalidades:

- Operação nas faixas de frequência homologadas pela ANATEL (2G a 5G), incluindo FDD e TDD.
- Salto de frequência automático (frequency hopping).
- Autonomia mínima: 4 horas (portátil/mochila) com bateria; suporte a hot swap.
- Carregador de baterias.
- Fonte de energia AC bivolt.
- Tempo de inicialização: até 3 minutos; reinicialização: até 6 minutos.
- Controle remoto seguro via tablet, notebook ou smartphone com criptografia WPA2 ou superior, autenticação LDAP e compatibilidade com rede privada/local.
- Suporte a ambientes com interferência RF, com comunicação cabeada com unidade de controle.
- Deseja-se que a solução permita o gerenciamento simultâneo de, pelo menos, duas unidades embarcadas operando de forma integrada, sendo este um ponto relevante para evolução futura do sistema e passível de desenvolvimento pela empresa.
- Captura em tempo real de IMSI, IMEI, SUPI, SUCI, entre outros, cobrindo redes 2G, 3G, 4G e 5G (NSA e SA).
- Engajamento de terminais móveis por chamadas silenciosas, com possibilidade de escravização e transferência de controle de CPE entre plataformas, desde que o dispositivo aceite chamadas telefônicas.

4.8 Requisitos Estruturais

A) Versão Embarcada (Multimodal)

Componentes e Instalação:

- Cabos elétricos e de conexão completos: 02 (dois) cabos elétricos para ligação direta ao sistema do veículo (mínimo 5,50 m); chicote para antenas organizado com até 5m.

- Antenas omnidirecionais e direcionais: O kit de antenas deve possuir formato externo dissimulado, simulando componentes automotivos comuns como racks de teto, antenas tipo tubarão ou elementos de acabamento, de modo a não levantar suspeitas visuais durante operações. O sistema de fixação deve permitir troca rápida entre diferentes veículos, com encaixe seguro e resistência à vibração e intempéries, garantindo alta mobilidade operacional. A qualidade de transmissão deve ser assegurada por meio de baixa perda de sinal, impedância compatível com os equipamentos conectados e proteção contra surtos elétricos. A conectividade deve ser garantida por conectores padrão (como SMA, N ou TNC) e cabos de alto desempenho, permitindo integração eficiente com sistemas embarcados. A construção deve ser robusta, resistente à água, poeira e variações térmicas, com grau de proteção mínimo IP65. O equipamento será utilizado em operações táticas móveis, exigindo troca frequente de veículos e atuação em ambientes urbanos e rurais, com necessidade de dissimulação e elevado desempenho técnico.

- Antenas direcionais com inclinação mecânica entre 30° e 45°, voltadas para o mesmo lado.

- Os cabos de antena e chicotes de ligação devem possuir conectores com trava mecânica, revestimento resistente a abrasão e interferência eletromagnética, isolamento com termo encolhível nas extremidades, identificação visível e fixação segura por abraçadeiras ou suportes adequados para ambientes sujeitos a vibração. O conjunto deve seguir boas práticas de montagem e ser compatível com padrões de qualidade como MIL-SPEC ou RTCA DO-160, garantindo segurança e confiabilidade em aplicações embarcadas.

Dimensões e Interface:

- Peso máximo: 125 kg.

- Tamanho máximo: 640 mm x 400 mm x 680 mm (L x A x P)

- Interface gráfica intuitiva acessível por notebook, tablet ou smartphone com suporte à operação local ou remota via WebUI, aplicativo dedicado ou software proprietário.

- Conectividade por Wi-Fi, hotspot interno ou cabo; controle por toque, botões físicos ou voz, conforme a plataforma.

- Tablet e notebook

- Tela de 10" para espelhamento e orientação do condutor do veículo.

Ambiente e Transporte:

- Temperatura de operação: 0°C a +45°C.

- O equipamento deverá ser acondicionado em **case rígido impermeável**, com resistência a impactos e intempéries, dotado de **interior almofadado ou revestido para proteção**. Cada case deverá possuir **sistema de tranca com cadeado e ter peso máximo de 23 kg**. Excepcionalmente, será admitido que um único case — correspondente ao **módulo principal** — alcance o peso máximo de 32 kg.

B) Versão Portátil/Dissimulada (Mochila)

Componentes e Instalação:

- Cabo elétrico para energia AC.

- Antenas omnidirecionais e direcionais.

Dimensões e Interface:

- Peso máximo: 11 kg.

- Tamanho máximo: 250 mm x 550 mm x 350 mm (L x A x C)

- Interface gráfica intuitiva acessível por notebook, tablet ou smartphone com suporte à operação local ou remota via WebUI, aplicativo dedicado ou software proprietário.
- Conectividade por Wi-Fi, hotspot interno ou cabo; controle por toque, botões físicos ou voz, conforme a plataforma.
- Tablet e notebook

Ambiente e Transporte:

- Temperatura de operação: 0°C a +45°C.
- Acondicionamento em case rígido impermeável, resistente a impactos e intempéries, com interior almofadado ou revestido, peso máximo por case de 23 kg.

Funcionalidades Adicionais:

- Amplificadores integrados com controle de potência.
- Antenas direcionais e omnidirecionais para cada faixa de frequência, com kits de instalação.
- Interface gráfica amigável com filtros por localidade, missão e identificadores.
- Operação independente, sem necessidade de infraestrutura fixa ou centro de acompanhamento.
- Os cabos de antena e chicotes de ligação devem possuir conectores com trava mecânica, revestimento resistente a abrasão e interferência eletromagnética, isolamento com termo encolhível nas extremidades, identificação visível e fixação segura por abraçadeiras ou suportes adequados para ambientes sujeitos a vibração. O conjunto deve seguir boas práticas de montagem e ser compatível com padrões de qualidade como MIL-SPEC ou RTCA DO-160, garantindo segurança e confiabilidade em aplicações embarcadas.

Do Localizador Homing

- Permitir uso em veículos e uso portátil viabilizando ações discretas e eficazes em diversos cenários.
- Deseja-se que a faixa de operação da solução embarcada contemple de 700 MHz a 4 GHz, visando maior flexibilidade e cobertura de cenários. No entanto, serão consideradas soluções que operem entre 700 MHz e 2600 MHz.
- Realizar chamadas silenciosas 2G/3G/4G/5G.
- Sensibilidade mínima de –100 dBm.
- Operação dissimulada com controle remoto via aplicativo (ANDROID e/ou IOS) com conectividade sem fio (ex: bluetooth).
- Interface de usuário com indicação visual e/ou sonora da intensidade e direção do sinal.
- Autonomia mínima de 3 horas.
- Dimensões e peso compatíveis com uso discreto em campo (máx. 150 x 100 x 30 mm; máx. 350g)
- Capacidade de operação manual e automática, sem necessidade de interação física constante.
- Possibilidade de acompanhamento do sinal em tempo real, com sobreposição em aplicativos móveis.
- Suporte a fones de ouvido para operação silenciosa.
- Filtros ajustáveis de frequência (ex: 200 kHz e 5 MHz).
- Seleção automática entre antenas internas e externas, quando aplicável.
- Kit de antenas composto por antena direcional e direcional de alto ganho.
- A antena direcional deve ter as seguintes especificações:
 - **Tipo:** logarítmico-periódica ou equivalente;
 - **Faixa de frequência:** 700 MHz a 4 GHz;

- **Ganho mínimo:** 5 dBi;
- **Montagem:** compatível com suporte dotado de mira óptica reflexiva e bipé/tripé estabilizador, adequado para ambientes urbanos complexos;
- **Integração:** a antena pode ser embutida no dispositivo ou acoplada externamente, desde que mantenha a portabilidade e a descrição operacional.

4.9 Requisitos da Contratação

- Licenças perpétuas de hardware e de software com atualizações garantidas por 3 anos.
- Homologação/certificação nos órgãos de controle técnico.
- Declaração do licitante sobre conhecimento das condições de fornecimento e comprovação de capacidade técnica.
- Serviço de capacitação compatível com os sistemas contratados.
- Suporte ao desenvolvimento de aplicações compatíveis com os sistemas contratados.
- Fornecimento de Sistema de Programação e Gerência compatível com os terminais adquiridos.
- Comprovação de aptidão para fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis, por meio de atestados de pessoas jurídicas de direito público.
- Os demais requisitos da contratação, incluindo critérios e práticas de sustentabilidade, observância de leis ou regulamentações específicas e padrões mínimos de qualidade e desempenho, serão informados e ratificados no Termo de Referência.

4.10 Em síntese:

Item	Quantidade	Descrição
1	1	Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM) composta por kit embarcado (multimodal) e solução portátil, com validade de 3 anos de atualização, suporte técnico e garantia.

4.11 A unidade da Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM) deverá ser composta pelos itens abaixo:

KIT SOLUÇÃO EMBARCADA (MULTIMODAL)

COMPONENTE	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
RACK	Sistema antivibração e capacidade para todos os módulos	1
ADAPTADORES	Para fixação nos veículos compatíveis com RACK	1
RÁDIOS	SDRs (se não for full SDR, 2 obrigatoriamente capazes de cobrir 5G SA)	9 ou 7+2
KIT DE ANTENAS OMNIDIRECIONAIS	Dissimuladas (rack de teto, tubarão, sun-roof ou equivalentes)	1

ANTENAS DIRECIONAIS	Alto ganho (mínimo 8 dBi) com suporte para fixação interior do veículo	4
ANTENAS DIRECIONAIS	Alto ganho (mínimo 10 dBi) com suporte para fixação	6
CHICOTE ANTENAS	Ligação de todas as antenas ao módulo	2
CHICOTE ELÉTRICO	Ligação bateria/alternador (mínimo 5,5 m)	2
CHICOTE ELÉTRICO	Ligação tomada 12V	1
FONTE ELÉTRICA	Ligação energia AC bivolt	1
ESTAÇÃO DE ENERGIA PORTÁTIL (POWER STATION)	autonomia de no mínimo 5 horas de operação a 70% da potência máxima	2
CARREGADOR	Carregador de bateria	2
HOMING	Localizador com smartphone e kit de antenas	3

KIT SOLUÇÃO PORTÁTIL

COMPONENTE	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
MOCHILA	Acondicionamento dos rádios	1
RÁDIOS full SDR	SDRs multitecnologia (capazes de cobrir 2G a 5G SA)	6
KIT DE ANTENAS OMNIDIRECIONAIS	Alto Ganho, Dissimuladas acondicionadas no interior da mochila	1
ANTENAS DIRECIONAIS	Alto ganho	2
FONTE ELÉTRICA	Ligação energia AC bivolt	1
BATERIAS	Autonomia mínima de 4h, hot swap	4
CARREGADOR	Carregador de bateria	1
HOMING	Localizador com smartphone e kit de antenas	2

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIP/PF	Jaime Cândido da Silva Júnior
SR/PF/RJ	Bruno Oliveira Pereira Bergamaschi
DIP/PF	Fernando Barros Martins
DIP/PF	Elizeu Pereira de Carvalho

6. Levantamento de Mercado

6. Levantamento de Mercado

6.1 Foram realizadas ações de levantamento de mercado com o objetivo de identificar soluções tecnológicas voltadas à localização de User Equipments (UEs) registrados na rede celular. Essas iniciativas integram o processo de modernização dos recursos operacionais empregados na segurança pública.

6.2 Essa etapa representa uma fase estratégica do planejamento da contratação, fundamental para a definição de requisitos técnicos, operacionais e econômicos capazes de atender às necessidades da Administração Pública. Importa destacar que o levantamento de mercado não se confunde com a pesquisa de preços, tendo escopo mais abrangente, ao englobar a análise de alternativas tecnológicas, modelos de fornecimento, práticas sustentáveis e riscos associados à contratação.

6.3 Nesse contexto, foram conduzidas interações técnicas com empresas que atuam na comercialização de equipamentos e softwares de investigação e inteligência no território nacional. A Polícia Federal mantém acompanhamento contínuo do mercado nacional e internacional referente a tecnologias correlatas, por meio da participação em eventos especializados, como a LAAD – Latin America Aerospace and Defence, bem como o recebimento de empresa para apresentação de novos produtos voltados à segurança pública.

6.4 Adicionalmente, foram realizadas visitas técnicas promovidas por representantes comerciais, além de intercâmbios com outras forças policiais e órgãos de inteligência, tanto nacionais quanto estrangeiros que detêm da tecnologia em estudo. Essas iniciativas possibilitaram a observação prática de determinados equipamentos, incluindo a análise de suas funcionalidades e a realização de testes em campo, mediante simulações operacionais controladas.

6.5 Tais experiências contribuíram significativamente para o aprimoramento do conhecimento técnico-operacional da equipe de planejamento da contratação, subsidiando a formulação dos requisitos mínimos para a futura contratação presentes neste estudo.

6.6 As demonstrações prospectivas permitiram a identificação de parâmetros essenciais de desempenho, operabilidade e compatibilidade, voltadas ao uso específico da Policial Federal, órgão este que possui atribuição constitucional de atuação em todo o território nacional, sendo considerados os seguintes critérios:

- Portabilidade;
- Autonomia energética;
- Precisão de localização;
- Robustez;
- Usabilidade;
- Integração com sistemas existentes.

6.7 Dessa forma, foram identificadas as seguintes soluções tecnológicas disponíveis no mercado nacional:

1. Empresa COGNYTE, representada pela INSPECT, com sistema embarcado em plataforma veicular e mochila;
2. Empresa ATEROS, representada pela M1, com soluções embarcadas em viatura, mochila e drone, evidenciando flexibilidade tática;
3. Empresa QCC, representada pela BERKANA, com equipamento veicular e mochila destacando aspectos técnicos e operacionais relevantes;
4. Empresa RU_MINE/OZONO, representada pela VIAAPPIA, com equipamento veicular, mochila e drone.
5. Empresa Rohde & Schwarz, com equipamento próprio: veicular e mochila.

6.8 Tendo em vista a alta complexidade dos requisitos técnicos previstos neste estudo de contratação, com o objetivo de melhor compreender o mercado em busca de uma solução que atinja todos os requisitos necessários para atender as demandas do órgão, **assegurando ainda a ampla publicidade, isonomia e transparência do processo de contratação pública**, em consonância com os princípios previstos no art. 37 da CF/88 e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, foi realizada consulta prévia através de ofícios encaminhados por e-mail às empresas nacionais de conhecimento da equipe de contratação designada, com o objetivo de que fossem apresentadas manifestações e sugestões visando colaborar com instrução processual.

6.9 A consulta prévia ao mercado configurou-se como uma etapa preparatória do ETP, permitindo que a Administração obtivesse contribuições técnicas de especialistas e potenciais fornecedores. Tal procedimento teve como objetivo:

1. **Verificação de aderência técnica** – possibilitar a análise da viabilidade das especificações apresentadas, de modo a garantir que os requisitos sejam compatíveis com o que efetivamente é praticado pelo mercado.
2. **Ampliação da competitividade** – evitar restrições indevidas à participação de licitantes, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
3. **Mitigação de riscos** – reduzir a probabilidade de falhas no edital, contratos ou de questionamentos futuros, prevenindo impugnações e litígios.
4. **Gestão eficiente de recursos públicos** – ao conhecer previamente a realidade do mercado, a Administração estrutura uma contratação mais adequada, eficiente e econômica.

6.10 Importante registrar que o encaminhamento das especificações básicas não configura favorecimento ou direcionamento, mas sim instrumento de consulta pública legítima e prevista em lei, que reforça o caráter democrático e técnico do processo, promovendo a participação dos agentes de mercado na fase preparatória e garantindo que os demais documentos da contratação pública sejam elaborado em estrita conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e competitividade.

6.11 Além disso, o levantamento de mercado observou boas práticas recomendadas pelo TCU, tais como:

1. Diversificação das fontes de informação (consultas a fornecedores, análise de contratações similares e estudos de casos de outros entes públicos);
2. Registro formal das interações realizadas;
3. Avaliação de riscos e da viabilidade técnica das soluções;
4. Fundamentação técnica e econômica para análise dos requisitos.

6.12 Essa etapa é fundamental para assegurar que a futura contratação esteja alinhada às reais necessidades da atividade-fim, promovendo maior eficiência, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

6.13 A formalização de consulta prévia quanto aos requisitos técnicos iniciais foi formalizada em processo em apartado. Todos os pontos relevantes apontados pelo mercado foram analisados e respondidos, sendo ao final emitido nota técnica, a qual segue como anexo a este estudo técnico preliminar.

6.14 Da necessidade da inclusão de requisitos técnicos referente à tecnologia 5g.

6.14.1 No ano de 2021, foi realizado o primeiro leilão do 5G no Brasil. Conforme consta no site da ANATEL, tal leilão representou a maior oferta simultânea de espectro da história da regulação brasileira. Foram licitadas as faixas de 700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz, distribuídas em lotes com abrangência nacional e regional, totalizando 44 lotes adquiridos por nove operadoras.

6.14.2 O foco naquela época foi o investimento em infraestrutura de telecomunicações, com compromissos que incluem ampliação da cobertura, melhoria da confiabilidade das redes e aumento da densidade de estações transmissoras. Dados atualizados do painel de outorga e licenciamento da ANATEL indicam que, até o momento, existem 46.514 estações licenciadas operando na faixa de 3.500 MHz com tecnologia 5G SA/NSA, distribuídas por 1.389 municípios e operadas por 4 prestadoras de Serviço Móvel Pessoal (SMP).

6.14.3 Além disso, os vencedores de determinados lotes assumiram obrigações adicionais, como a migração do sinal de TV parabólica da banda C para a banda Ku, a desocupação de faixas utilizadas por serviços de satélite, a implementação do Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS) e a criação de uma rede privativa de comunicação para a Administração Pública Federal.

6.14.4 No mercado atual, já existem equipamentos portáteis em estudos neste ETP com arquitetura full SDR, capazes de operar em múltiplas bandas e tecnologias móveis, incluindo 2G, 3G, 4G e 5G NSA/SA, com funcionalidades avançadas como captura de identificadores (IMSI, IMEI, SUPI, SUCI) e engajamento por chamadas silenciosas.

6.14.5 No entanto, quando se trata de soluções embarcadas — voltadas para integração em veículos, drones ou plataformas móveis — o número de fabricantes que oferecem equipamentos realmente completos é bastante restrito. A maioria das soluções exige módulos dedicados para operar em 5G SA, o que compromete a flexibilidade operacional. Equipamentos que atendem todas as tecnologias de forma integrada, sem necessidade de módulos adicionais, são raros e de alto custo.

6.14.6 Além disso, embora a faixa de 26 GHz esteja entre as licitadas, sua cobertura por esses equipamentos depende diretamente da capacidade do hardware, sendo uma possibilidade ainda limitada na prática, especialmente em cenários embarcados e de mobilidade.

6.14.7 Sendo assim, considerando as atribuições da Polícia Federal, a qual atua em todo o território nacional, bem como a complexidade das operações de polícia judiciária no combate ao crime organizado no Brasil, é fundamental que o equipamento em estudo esteja atualizado e atenda a todos os anseios, incluindo a sua operação na faixa de 5G.

6.15 Da análise e justificativa técnica para o subsídio da contratação direta

6.15.1 Para o adequado atendimento da necessidade de aquisição do equipamento, é imprescindível e obrigatório que o produto esteja devidamente homologado pela ANATEL, em conformidade com as determinações normativas daquela Agência Reguladora. Tal exigência decorre do fato de tratar-se de equipamento que opera em faixas sujeitas à regulação e fiscalização federal, conforme já detalhado em tópico anterior.

6.15.2 Com vistas a assegurar plena aderência à legislação em vigor, a equipe técnica responsável pela contratação, por meio do Ofício nº 125/2025/DIP /PF, subscrito pelo Senhor Diretor de Inteligência Policial, encaminhou consulta formal à ANATEL, solicitando informações acerca das empresas atuantes no mercado nacional que possuem as devidas certificações e homologações emitidas pela ANATEL.

6.15.3 Em resposta, a Agência, por intermédio do Ofício nº 270/2025/ORCN/SOR-ANATEL, datado de 12 de setembro de 2025, subscrito pelo Senhor Gerente de Certificação e Numeração, apresentou a relação atualizada das empresas regularmente detentoras de homologação e certificação, atualmente disponíveis no mercado, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Nº de homologação	Solicitante	Fabricante	Modelo do Produto	Situação	Data do Certificado
06527-24-04138	Cognyte do Brasil S.A.	Cognyte Technologies	HIVE	Homologação Emitida	05/06/2024
05840-24-16751	M.1 - Consultoria e Tecnologia Ltda	ATEROS – Netline Group	ONYX PLUS Wi-Reach	Homologação Emitida	02/05/2024
23956-23-04138	Cognyte do Brasil S.A.	Cognyte Technologies	GI2-S 5G	Homologação Emitida	20/12/2023
05835-22-03940	Amper Secomdef Ltda	Amper Sistemas, S.A.	SICMS-9002100A	Homologação Emitida	15/04/2022
03081-19-04138	Cognyte do Brasil S.A.	Cognyte Technologies	GI2-S	Homologação Emitida	06/04/2021
00113-18-04138	Cognyte do Brasil S.A.	Cognyte Technologies	GI2-M v2	Homologação Emitida	27/02/2020

6.15.4 Cumpre destacar que a exigência da homologação junto à ANATEL **não constitui mera formalidade, mas sim uma condição essencial para garantir a conformidade legal, a segurança operacional e a mitigação de riscos contratuais e institucionais**. Dessa forma, a observância desse requisito confere maior confiabilidade ao processo de aquisição, assegurando que os equipamentos contratados atendam plenamente às normas técnicas e regulamentares vigentes.

6.15.5 Em análise ao documento emitido pela agência reguladora, bem como pesquisas no mercado, a equipe técnica da contratação, constatou que há no mercado nacional e internacional diferentes empresas que fabricam e/ou comercializam equipamentos semelhantes, porém **somente uma empresa atuante no mercado brasileiro possui certificação e homologação expedida pela ANATEL para o conjunto dos equipamentos em estudo neste documento - Cognyte Technologies, representada no Brasil pela empresa Inspect**.

6.15.6 Em relação a empresa M1 Tecnologia, em que pese possuir certificação emitida pela ANATEL, tal homologação abrange som o equipamento embarcado da solução proposta neste estudo. Essa limitação inviabiliza o aceite de eventual proposta, uma vez que não contempla a totalidade dos dispositivos requeridos neste estudo técnico.

6.15.7 A presente aquisição visa a implementação de uma solução integrada, composta por módulos embarcados e táticos/portáteis, **cuja operação depende da interoperabilidade plena entre os componentes**. Trata-se de uma plataforma **única e indivisível**, não sendo possível sua fragmentação ou substituição por equipamentos de fabricantes distintos, dada a inexistência de compatibilidade técnica entre sistemas heterogêneos no mercado atual.

6.15.8 Cada fabricante adota arquitetura própria de configuração, protocolos de comunicação e estratégias operacionais específicas, o que impede a integração entre módulos de origens diversas. Conforme especificado nos requisitos técnicos, é imprescindível que todos os equipamentos adquiridos operem de forma conjunta e harmônica, garantindo a integrabilidade funcional da solução.

6.15.9 Adicionalmente, destaca-se que o equipamento veicular representado pela M1 Tecnologia não possui 5G integrada e homologada, o que, por si só, compromete sua adequação às necessidades operacionais do órgão e os requisitos legais de certificação.

6.15.10 Conclui-se que a solução representada pela empresa M1 Tecnologia não atende integralmente aos critérios técnicos e regulatórios estabelecidos, sendo tecnicamente inviável sua aceitação no âmbito deste processo de aquisição.

6.15.11 Quanto ao equipamento homologado do fabricante Amper Sistemas, S.A., esta equipe técnica esclarece que o referido dispositivo possui finalidade distinta daquela objeto deste estudo. Trata-se de equipamento direcionado ao bloqueio de comunicações, solução usualmente denominada “jammer” (bloqueador de sinais), empregada, em regra, em ações de mitigação de riscos relacionados à transmissão de ondas de comunicação em estabelecimentos prisionais.

6.15.12 As demais fornecedoras, embora possuam equipamentos tecnicamente similares, não detêm homologação, impossibilitando sua utilização legal no território nacional.

6.15.13 Soma-se ao já exposto quanto a questão da homologação da ANATEL, que somente uma empresa possui certificação/homologação compreendendo tanto o módulo embarcado em viatura quanto o módulo portátil, ambos com plena capacidade de operação em redes de 2G a 5G (NSA e SA).

6.15.14 Verifica-se em análise aos certificados emitidos pela ANATEL quanto a certificação em rede 5G, que apenas a fabricante Cognyte Technologies perfaz tal especificação necessária. Ou seja, nenhuma outra solução atende simultaneamente a todas as especificações técnicas exigidas, em especial àquelas relativas à interoperabilidade entre os módulos embarcados e móveis e à integração com as faixas homologadas para 5G.

6.15.15 Em síntese, são três argumentos que tornam inviável a competição no mercado, fundamentando a contratação direta por inexigibilidade, com base no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021:

1. Ausência de homologação da ANATEL;

2. Necessidade de homologação para o conjunto dos equipamentos em estudo, diante da indivisibilidade e interoperabilidade dos kits que compõe a plataforma; e
3. Ausência de homologação em rede 5G, as empresas que apresentaram homologação só perfazem as operações em redes diferentes do 5G.

6.15.16 A contratação direta perfaz, portanto, a oportunidade apresentada por uma única empresa, a fabricante Cognyte Technologies. Essa está certificada e homologada pela ANATEL no conjunto de equipamentos que compõem a plataforma, além de estarem homologados para terminais móveis em redes de 2G a 5G.

6.15.17 Importante consignar que em análise aos certificados constata-se que os equipamentos homologados para a empresa Cognyte Technologies atendem todas as especificações técnicas previstas por esta equipe da contratação.

Nº de homologação	Fabricante	Modelo do Produto	Situação	Data do Certificado	Validade
06527-24-04138	Cognyte Technologies	HIVE	Homologado	05/06/2024	05/06/2027
23956-23-04138	Cognyte Technologies	GI2-S 5G	Homologado	20/12/2023	20/12/2026
03081-19-04138	Cognyte Technologies	GI2-S	Homologado	06/04/2021	06/04/2026
00113-18-04138	Cognyte Technologies	GI2-M v2	Homologado	27/02/2020	27/02/2025* (*Homologação renovada pelo nº 03081-19-04138)

6.15.18 Dessa forma, resta claro que há inviabilidade de competição, uma vez que somente um fornecedor atende plenamente às exigências regulatórias e legais impostas pela ANATEL constantes neste estudo técnico preliminar.

6.15.19 Além disso, ainda que existam outros fabricantes com equipamentos parcialmente homologados, nenhum deles atende simultaneamente a todas as especificações técnicas exigidas, em especial, àquelas relativas à interoperabilidade entre os módulos embarcados e móveis e à integração com as faixas homologadas para 5G.

6.15.20 Anexo segue ofício expedido por esta DIP/PF, resposta da ANATEL e certificados impressos no site da agência reguladora.

6.15.21 A tabela abaixo sintetiza a análise comparativa, evidenciando que apenas a solução da Cognyte Technologies cumpre a totalidade dos requisitos mandatários:

Fornecedor	Representante	Módulo Embarcado Homologado?	Módulo Portátil Homologado?	Interoperabilidade Comprovada?	Homologação 5G SA?	Conclusão
Cognyte Technologies	Inspect	Sim (GI2-S, GI2-S 5G)	Sim (HIVE, GI2-M v2)	Sim	Sim (GI2-S 5G)	ATENDE

ATEROS	M1 Tecnologia	Sim (ONYX PLUS)	Não	Não Aplicável	Não	NÃO ATENDE
Amper Sistemas	Amper Secomdef	Sim (SICMS)	Não	Não Aplicável	Não	NÃO ATENDE (Objeto Diverso)
QCC	Berkana	Não	Não	Não Aplicável	Não	NÃO ATENDE
RU_MINE /OZONO	VIAAPPIA	Não	Não	Não Aplicável	Não	NÃO ATENDE
Rohde & Schwarz	(Próprio)	Não	Não	Não Aplicável	Não	NÃO ATENDE

6.16 Da contratação direta por inexigibilidade

6.16.1 A contratação direta por inexigibilidade encontra amparo no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece:

"É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo."

6.16.2 No caso em análise, a inviabilidade decorre do fato de apenas um fornecedor dispor da certificação/homologação obrigatória da ANATEL, o que o torna exclusivo sob o ponto de vista regulatório.

6.16.3 O TCU, por meio de reiterada jurisprudência, orienta que a contratação direta deve estar lastreada em:

- Demonstração clara da inviabilidade de competição; e
- Comprovação documental da exclusividade ou da exigência normativa, que impossibilite a participação de outros fornecedores.

6.16.4 Assim, a comprovação da homologação pela ANATEL, conforme ofício nº 270/2025/ORCN/SOR-ANATEL, datado de 12 de setembro de 2025, subscrito pelo Senhor Gerente de Certificação e Numeração, em conjunto com a pesquisa de mercado, e todo o exposto, constitui prova da inviabilidade de competição.

6.16.4 Além disso, nos termos da Resolução nº 715/2019 da ANATEL, que aprova o Regulamento de Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, nenhum equipamento pode ser comercializado ou utilizado no Brasil sem prévia homologação.

6.16.5 Portanto, a contratação de produto não homologado configuraria afronta à legislação regulatória e sujeitaria a Administração e seus agentes a responsabilizações administrativas e legais.

6.16.6 Já explicitado no item anterior, somente uma empresa atende simultaneamente a todas as especificações técnicas exigidas, em especial, àquelas relativas à interoperabilidade entre os módulos embarcados e móveis e à integração com as faixas homologadas para 5G.

6.16.7 Diante do exposto, resta configurada a inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021, haja vista que a homologação da ANATEL constitui requisito legal e técnico indispensável para a aquisição, sendo que apenas um fornecedor no mercado nacional atende tal exigência em seu conjunto.

6.17 Da Impossibilidade de Aguardar Novas Homologações (Imprevisibilidade temporal)

6.17.1 A aquisição do objeto proposto neste estudo técnico preliminar está prevista no Plano de Contratações Anual da Polícia Federal para o exercício de 2025, conforme determina o art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021. O planejamento foi realizado com base em estudos técnicos e demanda institucional, havendo previsão de dotação orçamentária específica para a contratação.

6.17.2 Segundo diretrizes da nova Lei de Licitações, o planejamento é etapa obrigatória e estratégica, devendo estar alinhado ao planejamento institucional e às leis orçamentárias, conforme reforçado pelo TCU.

6.17.3 Em análise a resposta da ANATEL, verifica-se que a última homologação foi expedida pela agência reguladora em 05/06/2024. **Ou seja, passaram-se mais de 15 (quinze) meses até os dias atuais sem que houvesse atualização ou inclusão de novos equipamentos ou fornecedores.**

6.17.4 Durante o estudo conduzido pela equipe responsável pela contratação, foi constatado que o processo de homologação de produtos junto à ANATEL apresenta elevado grau de complexidade e pode demandar prazos significativos para sua conclusão. Essa duração está diretamente relacionada a diversos fatores, tais como, complexidade técnica do produto, qualidade e completude da documentação apresentada, capacidade e demanda dos laboratórios acreditados e regras e exigências regulatórias vigentes.

6.17.5 Portanto, tendo em vista a **imprevisibilidade** quanto à entrada de novos fornecedores no mercado com certificação válida, torna **o adiamento da contratação tecnicamente inviável e injustificável**, uma vez que comprometeria o cronograma de implantação da solução, além de gerar riscos operacionais e institucionais. A ausência de alternativas homologadas e compatíveis reforça a necessidade de prosseguir com a contratação de fornecedores que já atendem integralmente aos requisitos técnicos e regulatórios exigidos.

6.17.6 Além disso, a jurisprudência do TCU reforça que a Administração não está obrigada a aguardar a entrada de novos fornecedores quando há comprovação de exclusividade técnica e regulatória, especialmente quando o objeto está previsto no planejamento anual e há urgência institucional. Diante da:

- Comprovação de exclusividade técnica e regulatória;
- Planejamento prévio e previsão de dotação orçamentária;
- Prazo elevado e imprevisível para novas homologações; e
- Necessidade imediata do equipamento e risco à continuidade operacional;

6.17.7 Resta evidenciada a impossibilidade de aguardar novas homologações, sendo plenamente justificada a continuidade do processo de aquisição com base no fornecedor atualmente homologado pela ANATEL.

6.18 Da compra direta internacional

6.18.1 A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o processo licitatório deve priorizar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, indo além do critério de menor preço, e considerando aspectos como confiabilidade, aplicabilidade, durabilidade, custo do ciclo de vida e robustez da cadeia de suprimentos.

6.18.2 No contexto de tecnologias investigativas e de segurança pública, a contratação internacional direta surge como alternativa mais eficiente, pois:

- Elimina a intermediação onerosa de distribuidores nacionais;
- Garante acesso direto à tecnologia de ponta, com suporte do fabricante;
- Mitiga riscos de sobrepreço e de contratação antieconômica; e
- Está em plena conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.18.3 Assim, a contratação internacional é juridicamente defensável e estratégica, pois promove economicidade, eficiência, segurança e celeridade, assegurando o melhor uso dos recursos públicos e acesso às tecnologias mais avançadas.

6.18.4 Nesse caso, a empresa CONTRATADA deverá constituir representante legal no Brasil, nos termos da legislação vigente, inclusive para fins de recebimento de intimações e notificações administrativas ou judiciais.

6.18.5 Toda a documentação exigida no certame que estiver em língua estrangeira deverá ser acompanhada de tradução para a língua portuguesa, inclusive os catálogos técnicos, manuais e folhetos explicativos, os quais deverão ser apresentados em português.

6.18.6 A CONTRATADA deverá entregar a mercadoria, livre e desembaraçada até o local previsto na Ordem de Fornecimento de Bens, em Brasília-DF, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2020 - DPU – Delivered At Place Unloaded - correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas, diretas e indiretas, de importação, seguro de transporte internacional, embalagem, seguros diversos, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, do seguro de transporte internacional, frete internacional, moto frete, correspondências postais, montagem, garantia, assistência técnica, responsabilidade técnica, entrega técnica, transporte e frete nacionais, tributos, impostos, contribuições fiscais, contribuições para fiscais, taxas (Siscomex, de companhia aérea, do RADAR da licença de importação, de desembarço aduaneiro, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias e outras que se fizerem necessárias), custos com o manuseio de carga, serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil.

6.18.7 Objetivando a isenção de impostos, conforme previsões legais (Lei Federal nº 8.010/90 e Lei Federal nº 8.032/90), o processo de importação do bem objeto desta licitação será realizado pela empresa CONTRATADA, em nome da Polícia Federal, por meio de despachante custeado pela empresa CONTRATADA, e aprovado pela CONTRATANTE.

6.18.8 Nessa toada, qualquer tributo, imposto, taxa, encargo, custo ou despesa, direto ou indireto, relacionado com o fornecimento do objeto da presente licitação, omitido ou incorretamente cotado na proposta, será considerado como incluso no preço, não sendo possível pleitear acréscimos sob esse argumento.

6.19.9 Serão da exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA obter, dos órgãos competentes, seja no exterior, seja no Brasil, informações sobre a incidência ou não de tributos, impostos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, considerando os respectivos gravames nas suas propostas, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas.

6.19.10 São de responsabilidade da CONTRATADA, a obtenção da licença de importação, pagamento de seguro, transporte, depósito dos equipamentos, custos de desembarço e todos os custos (despesas) de formalidades alfandegárias pagáveis na importação. A CONTRATANTE fornecerá toda a documentação, de sua responsabilidade, necessária à CONTRATADA para que sejam efetuados os trâmites alfandegários, objetivando a isenção de impostos, conforme previsões legais (Lei Federal nº 8.032/90).

6.20 Forma de pagamento

6.20.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

6.20.2 No caso de empresa estrangeira será realizado o pagamento na modalidade "Remessa em Saque", com taxa de câmbio de fechamento PTAX do Banco Central (considerando a média das cotações de compra e venda), vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, ou através de Carta de Crédito, nos termos da legislação em vigor, observando-se que o pagamento será efetuado em Dólares dos Estados Unidos da América (US\$) ou Euros (EUR), cuja moeda será definida no momento do contrato, mediante a abertura de crédito documentário irrevogável e irretirável no banco emissor (issuing bank) Banco do Brasil S/A, em valor correspondente em Dólares dos Estados Unidos da América ou Euros, conforme o preço definido na sessão pública, considerando como proposta de preços aceita e precificada na pró-forma (proforma invoice), em obediência ao disposto na Lei Federal nº 4.320/64; na Lei Federal nº 10.192/01 c/c Decreto lei nº 857/69, adotando-se as Regras de Usos Uniformes sobre Créditos Documentários – (UCP 600), aprovadas pela Câmara Internacional de Comércio – (ICC), c/c as Regras Uniformes para Reembolsos Bancários, amparados em créditos documentários, sendo que o crédito documentário será efetuado na modalidade confirmado, irrevogável e intransferível. No caso da opção da CONTRATADA por carta crédito, todo o ônus da operação ficará a cargo da CONTRATADA.

6.20.3 Todo e qualquer custo eventual bancário, tributário, além de outros relacionados, referente a transação de repasse de crédito, deverão ser suportados pela contratada.

7. Descrição da solução como um todo

7. Descrição da solução como um todo

7.1 Considerando a necessidade de identificação e localização precisa de indivíduos, bem como a crescente demanda por modernização tecnológica nos métodos de investigação em âmbito nacional, torna-se essencial a adoção de solução técnica que permita à Polícia Judiciária da União identificar, localizar e bloquear sinais de dispositivos do tipo CPE, além de viabilizar comunicação via Serviço Móvel Pessoal (SMP).

7.2 A solução proposta é composta por duas plataformas distintas e complementares: **uma embarcada, de maior porte e alta potência irradiada, destinada à instalação em veículos terrestres; e outra dissimulada, portátil e de menor potência, projetada para uso velado em mochilas, ideal para aproximação tática.**

7.3 Propõe-se, assim, a aquisição de uma Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM), composta por duas unidades — uma embarcada e outra dissimulada, as quais operam de maneira integrada, destinadas à detecção, identificação, bloqueio, comunicação segura e localização direcional de terminais móveis em redes de 2G a 5G, **sem interceptação de conteúdo das comunicações.**

7.4 **A interoperabilidade entre a solução portátil e a solução embarcada constitui requisito obrigatório**, sendo essencial para a otimização do processo de localização de terminais móveis selecionados e para o pleno aproveitamento da capacidade tática do sistema. Tal compatibilidade é indispensável para garantir a continuidade operacional e a eficácia das ações de inteligência de polícia judiciária, investigações sensíveis e operações especiais, permitindo que ambas as unidades atuem de forma integrada e complementar.

7.5 Todos os módulos/equipamentos devem ser acondicionados em cases rígidos de transporte, com peso máximo de 23 kg cada, a fim de garantir viabilidade logística em voos comerciais e, consequentemente, possibilitar a pronta resposta a demandas em qualquer região do território nacional. Este acondicionamento deve ser preparado/planejado de tal forma que a montagem do sistema embarcado seja realizada de forma rápida (30 a 45 minutos), devidamente ancorado/fixado e a ferramenta esteja com todas as funcionalidades em condições de uso. Excepcionalmente, será admitido que um único case – correspondente ao módulo principal – alcance o peso máximo de 32 kg.

7.6 A Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM) é uma solução tática móvel destinada à detecção, análise e correlação de informações técnicas de dispositivos móveis operando em redes 2G, 3G, 4G e 5G (SA e NSA), por meio da identificação de parâmetros como IMSI, IMEI, SUPI, SUCI e outros identificadores de assinantes.

7.7 Seu objetivo é viabilizar o levantamento técnico de redes móveis em tempo real, subsidiando ações de inteligência de polícia judiciária, diagnóstico de cobertura e operações táticas em segurança pública, **sem interceptação de conteúdo**.

7.8 A solução se caracteriza pela flexibilidade operacional, podendo operar de forma embarcada em viaturas ou de forma tática, com variação de configuração de software e acessórios conforme a plataforma de uso.

7.9 A PLBATM dispõe de capacidade técnica para:

- Simular Estações Rádio Base (ERBs) com emissão seletiva de sinal;
- Estabelecer rede virtual isolada com controle de terminais;
- Executar chamadas silenciosas para ativação e rastreamento passivo;
- Criar célula tática temporária para comunicação com terminais autorizados.

7.10 Essas funcionalidades ativas constituem capacidades técnicas latentes, cuja ativação dependerá de autorização expressa, cláusulas contratuais específicas e, quando cabível, ordem judicial, em conformidade com os marcos legais e a política institucional vigente.

7.11 Em síntese, é possível organizar de forma esquematizada o que a solução faz x não faz, veja-se:

O que um PLBATM FAZ	O que um PLBATM NÃO FAZ
Pode localizar fisicamente um dispositivo móvel dentro de um raio de alcance limitado	Não faz interceptação do conteúdo de uma comunicação de forma alguma (Não possui qualquer funcionalidade de interceptação de comunicações telefônicas ou telemáticas)
	Não acessa arquivos internos do celular (fotos, vídeos, documentos, apps).
	Não descriptografa mensagens protegidas por criptografia ponta a ponta (Ex: WhatsApp, Signal, Telegram).
	Não intercepta tráfego de Wi-Fi ou dados fora da rede celular.
	Não atua de forma ilimitada: o alcance é restrito (centenas de metros).

7.12 Descrição do Funcionamento do Equipamento PLBATM

7.12.1 Inicialmente, de forma simplificada, é importante tentar descrever o funcionamento do referido aparelho, que, por meio do uso de algumas Base Transceiver Station (BTS), é possível captar as frequências das “bandas de telefonia móvel” que estão disponíveis em determinado local, e, a partir daí, passa a copiá-las e transmiti-las, fazendo o papel de uma ou mais Estação Rádio Base (ERB’s).

7.12.2 Assim, a maioria dos terminais móveis da operadora de telefonia elencada pelo operador do equipamento (dentro do seu raio de ação) passam a “enxergar” o equipamento como a melhor antena para se conectar e assim enviam as informações para o sistema (IMEI, IMSI, SUPI, SUCI e direção do aparelho).

7.12.3 Dessa forma, é possível utilizar o sistema com diversos objetivos:

- a) DETECÇÃO – apresentar a lista dos terminais ligados na sua área de alcance.
- b) IDENTIFICAÇÃO – apontar a presença de terminal informado ao sistema ou realizar detecções em locais diferentes e apontar aqueles que estavam ligados na área de cobertura do equipamento, ou seja, a interseção de duas ou mais detecções.
- c) BLOQUEIO – não permite que os aparelhos no alcance de cobertura do equipamento tenham serviços de telefonia das operadoras comerciais, ou seja, os terminais telefônicos ficarão “fora de área”.
- d) COMUNICAÇÃO – permitir o serviço de comunicação móvel para assinantes previamente cadastrados e/ou selecionados na área de cobertura do equipamento. Essa funcionalidade, geralmente operando em conjunto com a função de bloqueio, possibilita o controle seletivo de acesso, conforme critérios técnicos e operacionais definidos para cada ação.
- e) LOCALIZAÇÃO – quando o terminal móvel selecionado está na área de cobertura do equipamento, é possível determinar a direção geral da posição do telefone a ser localizado. Com isso, o próximo passo é apontar com precisão o local em que se encontra o aparelho desejado, dependendo da banda em que a conexão for estabelecida.

7.12.4 A solução a ser CONTRATADA deverá permitir a execução de chamadas silenciosas (silent call) ou comandos equivalentes com a finalidade de forçar a resposta passiva de terminais previamente definidos, sem que haja qualquer tipo de alerta, notificação ou interferência perceptível ao usuário do dispositivo móvel selecionado.

7.12.5 Em conjunto com esta funcionalidade, o sistema deverá dispor de módulo ou integração com ferramenta de localização tática que permita a medição da intensidade do sinal emitido pelo terminal (tais como RSSI, RSRP, RSRQ), possibilitando a aproximação orientada ao terminal móvel selecionado por meio da análise de variação de sinal em tempo real.

7.12.6 Durante a movimentação do equipamento em campo (em operações portáteis ou veiculares), o sistema deverá registrar os dados coletados de intensidade de sinal em pontos georreferenciados e processá-los para estimar a posição aproximada do dispositivo móvel selecionado. A plataforma deverá ser capaz de representar essas informações por meio de mapas de calor, indicando visualmente as áreas de maior intensidade de sinal e, portanto, de maior probabilidade de presença do terminal rastreado.

7.12.7 Essa funcionalidade deverá operar de forma integrada, discreta e segura, compatível com antenas direcionais ou sistemas de recepção multissetorial, oferecendo apoio direto às equipes de campo em operações de localização em tempo real, inclusive em ambientes urbanos densos ou internos.

7.12.8 Assim, o equipamento possui ampla aplicabilidade no contexto policial, podendo ser empregado em ações de inteligência de polícia judiciária, investigações sensíveis, operações especiais e em situações emergenciais. Sua utilização abrange desde a identificação de investigados com base em padrões de deslocamento ou presença em locais específicos, até a localização de endereços associados a terminais móveis.

7.12.9 A capacidade de operação embarcada e portátil permite o uso em rodovias e áreas urbanas, com base em dados telefônicos previamente conhecidos. Além disso, o sistema é estratégico em cenários críticos, como gerenciamento de crises (sequestros, domínio de áreas), ações antibomba (ameaças terroristas) e operações de apoio em desastres de grande escala para localização de vítimas e suporte às equipes de resgate, oferecendo flexibilidade tática e resposta rápida em ambientes de alta complexidade.

7.13 Garantia e Assistência Técnica

7.13.1 A fornecedora do equipamento deverá manter parque de peças de reposição, bem como mão de obra com capacidade de realizar suporte técnico especializado no Brasil.

7.13.2 O prazo de garantia contratual dos bens, será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.13.3 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

7.13.4 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

- 7.13.5 Todos os custos referentes ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.13.6 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 7.13.7 No caso dos bens que apresentarem defeitos e, forem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega dos bens.
- 7.13.8 A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.
- 7.13.9 Aplica-se no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- 7.13.10 Todos os objetos, dispositivos ou mesmo unidades que forem substituídas durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias previstas.
- Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo conforme tabela abaixo. O prazo indicado na tabela poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA.

Item de Suporte Técnico	Descrição detalhada	Prazo Máximo para Solução pela CONTRATADA
Suporte Remoto - Hardware	Diagnóstico inicial remoto, identificação e resolução de problemas menores relacionados ao hardware.	4 horas úteis
Suporte Remoto - Software	Diagnóstico remoto, atualização e correção de falhas de software através de acesso seguro à distância.	4 horas úteis
Visita Técnica Emergencial	Visita ao local para resolução de problemas críticos não solucionados remotamente (hardware e/ou software).	24 horas úteis
Substituição Temporária de Hardware (Backup)	Fornecimento emergencial de hardware reserva compatível enquanto a unidade original está em reparo.	30 dias corridos
Substituição Definitiva de Hardware com Defeito	Troca permanente do hardware danificado ou não reparável por um novo ou equivalente em condições operacionais.	15 dias corridos
Fornecimento de Cabos e Acessórios	Reposição imediata de cabos, conectores e outros acessórios essenciais para funcionamento do equipamento.	72 horas úteis
Substituição de Bateria	Substituição imediata de baterias defeituosas ou com problemas de desempenho.	48 horas úteis
Atualização Periódica de Software	Atualizações e patches de segurança/software liberados periodicamente pela fabricante.	Conforme cronograma do fabricante
Treinamento Emergencial (Suporte Operacional)	Treinamento pontual e emergencial, caso a equipe técnica precise de orientação adicional em operação crítica.	72 horas úteis
Relatório Técnico Pós-Intervenção	Fornecimento obrigatório de relatório detalhado após cada intervenção técnica realizada.	48 horas úteis

Problemas de Conexão com Rede Celular	Diagnóstico e restabelecimento da conexão.	6 horas úteis
Falha no Módulo GPS	Diagnóstico e reparo ou substituição do módulo GPS defeituoso.	24 horas úteis
Problema na Interface Gráfica do Software	Diagnóstico remoto e correção da interface gráfica.	8 horas úteis
Problemas de Acesso e Autenticação	Diagnóstico remoto e resolução de problemas de login ou autenticação.	6 horas úteis
Problemas com Capacidade de Armazenamento	Reposição ou expansão emergencial da capacidade de armazenamento de dados.	48 horas úteis
Problemas de Energia (Fonte ou Carregador)	Substituição emergencial ou reparo da fonte de energia ou carregador.	24 horas úteis
Sobreaquecimento do Equipamento	Diagnóstico, reparo ou substituição emergencial de componentes afetados por sobreaquecimento.	24 horas úteis
Problemas no Sistema Operacional	Diagnóstico remoto e restauração ou reparo do sistema operacional.	12 horas úteis
Falhas Intermitentes no Hardware	Diagnóstico e resolução das falhas intermitentes.	48 horas úteis
Mau funcionamento do Display	Substituição ou reparo emergencial do display.	24 horas úteis
Problemas na Comunicação entre Componentes Internos	Diagnóstico remoto ou presencial, e resolução dos problemas de comunicação interna.	24 horas úteis
Problemas com Antenas	Substituição ou reparo emergencial das antenas.	48 horas úteis
Incompatibilidade após Atualização	Diagnóstico remoto e solução de problemas de incompatibilidade gerados após atualizações.	12 horas úteis
Erros em Relatórios Gerados pelo Software	Diagnóstico e correção remota de erros nos relatórios gerados automaticamente.	8 horas úteis
Problemas com Integração de Dados	Diagnóstico e solução de problemas relacionados à integração e transferência de dados.	12 horas úteis

7.14 Atualização Tecnológica durante o Período de Garantia

7.14.1 Caso a fornecedora venha a disponibilizar softwares e/ou hardwares atualizados ou mais modernos, incluindo novas tecnologias de frequências, dentre outros, dentro do prazo de vigência contratual, ou garantia dos produtos, a contratada deverá proceder à substituição dos equipamentos originalmente fornecidos por versões atualizadas que incorporem essas novas tecnologias, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE.

7.14.2 Essa substituição deverá observar os mesmos padrões de qualidade, desempenho e compatibilidade operacional exigidos para os equipamentos originalmente contratados, mantendo-se todas as demais condições previstas nesta cláusula de garantia.

7.15 Da Capacitação e Treinamento

7.15.1 A empresa CONTRATADA será integralmente responsável pela execução de treinamento técnico e operacional referente ao equipamento objeto da presente contratação, com vistas a garantir a plena aptidão de servidores públicos indicados para o manuseio seguro, eficaz e conforme à legislação vigente.

7.15.2 A capacitação poderá ser iniciada quando da assinatura do contrato. A capacitação concluída é providência necessária para o recebimento definitivo do bem tendo em vista sua complexidade tecnológica. Dessa forma, quando dos trâmites de recebimento definitivo do equipamento no Brasil, os servidores já estarão habilitados para a realização dos primeiros testes de conferência.

7.15.3 Nesse sentido, ficam estabelecidos os seguintes requisitos mínimos obrigatórios:

1. Compete exclusivamente à empresa CONTRATADA o planejamento, fornecimento de recursos, execução e certificação do treinamento técnico, abrangendo todos os aspectos teóricos e práticos indispensáveis ao correto uso do equipamento.
2. O treinamento deverá possuir carga horária mínima de 80 (oitenta) horas presenciais, divididas em módulos teóricos e práticos, com cronograma previamente submetido à aprovação da Administração.
3. Deverão ser capacitados, no mínimo, 10 (dez) servidores públicos indicados pelo órgão CONTRATANTE.
4. O módulo de auditoria deverá ter treinamento específico com carga horária mínima de 10 horas, devendo ser capacitado, no mínimo, 3 servidores.
5. Deverão ser abortadas todas as funcionalidades necessárias ao pleno uso do equipamento, incluindo, a título de exemplo, os seguintes tópicos: Fundamentos de redes móveis (2G, 3G, 4G e 5G), Arquitetura e princípios de funcionamento do sistema; Procedimentos de configuração e operação (ciclo completo); Análise e interpretação de dados coletados; Protocolos de segurança da informação e sigilo operacional; Enquadramento legal e aspectos normativos para o uso da tecnologia. A CONTRATADA deverá fornecer Material didático completo, em meio físico e digital, para cada participante (idioma português/inglês);
6. Certificado individual de conclusão, contendo carga horária, conteúdo abordado e dados do instrutor responsável.
7. O treinamento deverá ser realizado nas dependências da Administração Pública, ou em local por ela indicado, desde que previamente aprovado;
8. A empresa CONTRATADA deverá fornecer recursos humanos com comprovada experiência e qualificação técnica necessários ao efetivo treinamento, bem como ofertar todos os equipamentos necessários para realização da capacitação;
9. Os custos operacionais de diárias e passagens dos servidores indicados a participarem do curso serão arcados pela administração pública.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8. Da quantidade a ser CONTRATADA

8.1 Na fase de planejamento da contratação, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. A indispensabilidade de previsão dos quantitativos a serem licitados é, inclusive, assunto sumulado pelo TCU:

Súmula TCU 177 A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.

8.2 A Polícia Federal, instituição responsável pela prevenção e repressão de crimes de competência federal, atua em todo o território nacional por meio de superintendências regionais, delegacias descentralizadas e postos avançados. Essas unidades operam em contextos geográficos, sociais e criminais diversos, o que exige o uso de tecnologias avançadas para subsidiar as atividades de inteligência de Polícia Judiciária.

8.3 As demandas investigativas contemporâneas — especialmente no enfrentamento ao crime organizado, tráfico de drogas, contrabando, lavagem de dinheiro, corrupção, crimes cibernéticos e terrorismo — requerem soluções tecnológicas robustas e integradas, capazes de realizar coleta, processamento e análise de dados em tempo real.

8.4 Em um mundo ideal, a solução proposta deveria ser distribuída de forma uniforme entre as unidades operacionais, garantindo que cada Superintendência Regional e Diretoria Investigativa dispusesse-se de um kit completo e funcional da plataforma para uso atendendo, assim, as diversas demandas investigativas de competência do órgão. No entanto, diante das restrições orçamentárias vigentes, torna-se necessário adotar uma estratégia de aquisição gradual.

8.5 Dessa forma, a equipe de planejamento da contratação propõe, neste momento, a aquisição de **apenas uma** Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM) por dois fatores principais:

- **Limitação orçamentária:** O cenário fiscal atual impõe contenção de despesas, sendo inviável a aquisição em larga escala sem comprometer outras ações prioritárias da instituição.
- **Avaliação de demanda e desempenho:** A aquisição inicial permitirá a realização de testes operacionais, validação técnica e análise da efetividade da solução em campo. Esse processo é essencial para compreender o grau de aderência da tecnologia às necessidades reais do órgão, bem como para orientar futuras expansões com maior precisão e segurança.

8.6 Diante do exposto, tendo em vista a proposição de aquisição de apenas uma plataforma neste momento, sua alocação será estratégica buscando a eficiência no uso dos recursos e maior efetividade na atuação da Polícia Federal em todo o território nacional.

8.7 Dos prazos, local da entrega e recebimento

8.7.1 O equipamento deverá ser entregue no endereço indicado pela CONTRATANTE, qual seja: SAIS Quadra 7, Lote 23, Setor Policial Sul, Brasília-DF, CEP 70610-902. A entrega deverá ocorrer no setor designado, em dias úteis, dentro do horário de expediente da unidade recebedora, salvo disposição específica em contrário. A empresa terá o prazo de até 90 (noventa dias), contados do envio da ordem de fornecimento, para entregar os materiais.

8.7.2 Recomenda-se que a CONTRATADA comunique, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, a data e o horário previstos para a entrega, possibilitando a devida organização da equipe responsável pelo recebimento.

8.7.3 Nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto da contratação estará sujeito ao **recebimento provisório e ao recebimento definitivo**, conforme a natureza e complexidade do bem adquirido.

8.8 Recebimento Provisório

8.8.1 Os bens poderão ser recebidos provisoriamente, na fábrica da empresa, de forma sumária, no prazo de até 5 (cinco) dias, após a realização as conferências dos requisitos técnicos contidos neste EPT, por comissão de servidores desta EPC, e outros indicados pelo órgão, a ser definida em processo a parte, e, acaso aprovada, será confeccionado Termo de Recebimento Provisório e Autorização para Embarque. Tal medida servirá para a conferência das especificações de todos os requisitos constante na documentação suporte da contratação e na proposta.

8.8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes especificações de todos os requisitos constante na documentação suporte da contratação e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.8.3 No recebimento provisório do equipamento tecnológico, a Administração deverá verificar, no mínimo:

- a conformidade do objeto com as especificações técnicas previstas neste ETP e demais documentação de instrução do processo, promovendo testes se achar conveniente;
- a integridade física e computacional do equipamento, mediante vistoria inicial;
- a documentação técnica, catálogos, certificados e manuais fornecidos pela CONTRATADA.

8.8.4 Este ato tem caráter preliminar, de modo a resguardar o direito de a Administração realizar testes e validações complementares antes da aceitação final do objeto.

8.8.5 Os custos com os deslocamentos para recebimento provisório da equipe designada serão arcados pela administração.

8.8.6 Vantagens de realizar o recebimento provisório na fábrica:

Técnicas e operacionais

- Detecção precoce de não conformidades (mecânicas, elétricas, software/firmware), com correção antes do transporte

- Melhor qualidade de testes: acesso a bancadas, instrumentos, engenheiros de projeto e peças de reposição, o que aumenta a cobertura e profundidade da conferência inicial
- Integrações críticas antecipadas (firmware, protocolos de comunicação, dentre outros)

Prazos e logística

- Menor risco de devolução/retransporte, embarcando somente o que foi aprovado
- Aceleração dos procedimentos de recebimento definitivo tendo em vista que o equipamento será “conhecido” e ajustado.

Gestão contratual e de riscos

- Preserva o direito de rejeitar o objeto em desacordo (total/parcela), com lastro documental dos testes.
- Transferência de conhecimento - Possibilidade de apoio técnico externo a equipe da EPC (peritos/consultores direto da fábrica)
- Treinamento da equipe EPC/Administração junto ao fabricante durante as conferências (operação, manutenção, calibração), elevando a maturidade técnica da equipe
- Transparência e rastreabilidade: protocolos de teste (checklists, logs, relatórios, registros e correções) incorporados ao processo

8.9 Recebimento Definitivo

8.9.1 O recebimento definitivo ocorrerá após a realização de todas as verificações formais e funcionais, condicionando-se especialmente à:

1. Conferência dos equipamentos de acordo com a documentação produzida durante o recebimento provisório;
2. Comprovação da plena funcionalidade do equipamento em ambiente real de uso, mediante testes supervisionados pela Administração;
3. Conclusão do treinamento/capacitação dos servidores designados, ministrado pela CONTRATADA, garantindo que a Administração detenha as condições necessárias para a correta operação e manutenção do equipamento;
4. Entrega e aprovação da documentação final, incluindo relatórios de instalação, certificados de garantia e registros de capacitação.

8.9.2 Somente após o cumprimento integral dessas condições, será lavrado o termo de recebimento definitivo, em conformidade com o disposto no art. 140, § 2º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.10 Dos procedimentos de testes, análises e inspeção do equipamento

8.10.1 De acordo com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento de bens de grande vulto, complexidade técnica ou que requeiram instalação e testes está sujeito a inspeções e verificações detalhadas, de modo a assegurar a conformidade do objeto com as exigências contratuais.

8.10.2 Após a entrega e instalação, será realizada uma bateria de verificações para confirmar se o equipamento:

- atende integralmente às especificações técnicas previstas neste estudo técnico preliminar, bem como nos demais documentos da contratação;
- possui a certificação e homologações exigidas, especialmente as emitidas pela ANATEL;
- dispõe de acessórios, cabos, softwares e licenças previstos neste ETP, bem como nos demais documentos da contratação;

8.10.3 O equipamento será submetido a um **período de avaliação prática**, conduzido em ambiente real de operação, sob supervisão da equipe técnica da Administração, contemplando, no mínimo:

- verificação do desempenho em condições normais e de pico de utilização;
- execução de rotinas de diagnóstico e simulações de falhas;
- aferição de indicadores de desempenho (tempo de resposta, precisão, estabilidade, capacidade de carga, entre outros definidos no processo de contratação).

8.10.4 O sucesso nesses testes é condição para o aceite provisório, sendo que a capacitação já deve ser iniciada quando da assinatura do contrato. Assim, quando do recebimento provisório, os servidores já estarão habilitados para a realização dos primeiros testes.

8.10.5 Além da avaliação técnica e funcional, deverá ser conferida a documentação obrigatória:

- manuais técnicos e operacionais didáticos e traduzidos para o português;
- certificados de garantia e conformidade;

- relatórios de fábrica e laudos de controle de qualidade emitidos pelo fornecedor.

8.10.6 Concluída a **capacitação dos servidores** designados pela administração pública, será realizado um teste adicional, desta vez operado pelos próprios usuários capacitados, sob acompanhamento da CONTRATADA e da comissão de recebimento. Esse procedimento garantirá que a Administração está apta a utilizar o equipamento de forma autônoma e eficaz.

8.10.7 Somente após a aprovação dessa etapa será lavrado o **recebimento definitivo**.

Considerando que o objeto é um equipamento de alta complexidade tecnológica, cujo correto uso depende de capacitação específica a ser fornecida pela CONTRATADA, sugere-se que o prazo para o recebimento definitivo seja de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento do equipamento no Brasil pelo órgão já desembaraçado, prorrogáveis de forma justificada.

8.10.8 O prazo de até 30 dias atende aos seguintes fundamentos:

- Complexidade técnica do objeto, que requer testes e simulações práticas;
- Tempo necessário para a capacitação, evitando que o recebimento definitivo ocorra sem a Administração deter o conhecimento adequado para operar o equipamento;
- Princípio da eficiência, permitindo que a Administração só aceite o objeto de forma definitiva quando houver segurança quanto ao seu pleno funcionamento e correta utilização.

8.10.9 Caso sejam identificadas **não conformidades**, o prazo poderá ser suspenso até a sua regularização pela CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.10.10 Todos os procedimentos de teste e inspeção deverão ser formalizados em atas, relatórios técnicos e termos circunstanciados, assegurando:

- transparência e rastreabilidade;
- registro de eventuais não conformidades e prazos de correção;
- subsídio para eventual aplicação de penalidades contratuais ou acionamento de garantias.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de uma Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM), conforme requisitos técnicos definidos neste Estudo Técnico Preliminar, para atender demandas operacionais da Polícia Federal em âmbito nacional, com alocação estratégica para atender as cinco regiões geográficas do Brasil.

10.2 Após análise técnica e jurídica, não se recomenda o parcelamento tendo em vista: Interdependência Tecnológica e Padronização: A plataforma é composta por hardware, software, módulos de antena, acessórios e licenciamento, todos calibrados para funcionamento integrado e homologados para uso conjunto.

10.3 A fragmentação da contratação em lotes separados poderia implicar em incompatibilidade técnica, riscos à interoperabilidade e despadronização de procedimentos operacionais.

10.4 Diante dos fundamentos técnicos e legais, conclui-se que o parcelamento da solução não é viável. A contratação unificada é a alternativa que melhor atende, a padronização técnica e a eficiência administrativa.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.773.402,00

Proposta Nacional: R\$ 15.306.322,88 (quinze milhões, trezentos e seis mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos).

Proposta Internacional: USD 1,809,889.26 (um milhão, oitocentos e nove mil, oitocentos e oitenta e nove dólares e vinte e seis centavos).

Valor em Dólar (USD): 1.809.889,26

Valor em Real (BRL): R\$ 9.672.953,15 (Valor estimativo - para contratação será levado em consideração do

Cotação utilizada: R\$ 5,3445 (Consulta ao BACEN, data de referência 26/09/2025)

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 As contratações correlatas e/ou interdependentes referem-se à necessidade de aquisição de diferentes itens ou serviços que estão relacionados entre si ou que dependem um do outro para a realização de um objetivo comum. Aqui estão algumas considerações sobre essas contratações:

- a) Contratações Correlatas: São aquelas que envolvem produtos ou serviços que, embora possam ser utilizados de forma independente, têm um vínculo que justifica sua aquisição conjunta para otimizar processos e resultados.
- b) Contratações Interdependentes: Refere-se a itens ou serviços cuja execução depende diretamente da realização de outros. Por exemplo, a aquisição de hardware e software que precisa ser instalado e configurado simultaneamente.

11.2 Na prática, a identificação de contratações correlatas e interdependentes deve ser feita com base em uma análise cuidadosa das necessidades do projeto, considerando tanto os aspectos técnicos quanto os orçamentários. A Lei 14.133/2021 permite essa abordagem para promover a eficiência e a economicidade nas contratações públicas.

11.3 Ou seja, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido. Assim como foi certificado a realização de consultas a IRPs e que não havia a época conveniência de participação em eventual IRP em andamento.

11.4 Dessa forma, a referida aquisição é autônoma e prescinde de contratações correlatas ou interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000014/2025
- II - Data de publicação no PNCP: 14/05/2024
- III - Id do item no PCA: 394
- IV - Classe/Grupo: 9999 - ITENS DIVERSOS
- V - Identificador da Futura Contratação: 200346-81/2025

12.2 A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2024/2027 da Polícia Federal, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso e relacionando-se com as seguintes diretrizes previstas no art. 9º da RESOLUÇÃO CG/PF Nº 007, DE 27 DE MAIO DE 2024:

- I - ampliar o reconhecimento da instituição pela eficiência no enfrentamento à criminalidade;
- II - expandir os mecanismos de transparência e participação social;
- III - modernizar a governança;
- IV - priorizar a inovação permanente; e
- V - buscar transformar a Polícia Federal em uma instituição plural e acolhedora.

12.3 Os objetivos estratégicos da Polícia Federal relacionados a este plano são:

- I - auxiliar as unidades da instituição a se alinharem com as metas organizacionais; e
- II - guiar a tomada de decisões e a produtividade.

12.4 Sendo que os objetivos estratégicos da Polícia Federal são classificados nos seguintes eixos:

§ 1º Os objetivos estratégicos da Polícia Federal são classificados nos seguintes eixos:

- I - polícia judiciária: enfrentar a criminalidade com eficiência;
- II - polícia administrativa: servir a sociedade com excelência e transparência;
- III - governança: transformar a Polícia Federal em uma instituição orientada pela estratégia e governança; e
- IV - pessoas e estrutura: formar a polícia do futuro, moderna e inovadora.

12.5 Dentro do objetivo estratégico do eixo de polícia judiciária possui as seguintes métricas de topo:

- I - valores recuperados (VR);
- II - redução do desmatamento ilegal (RDI);
- III - resolutividade de crimes cibernéticos (RCC); e
- IV - celeridade de processos investigativos (CPI).

12.6 Diante do planejamento da PF de 2024/2027 disponibilizado no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública via acesso à informação, resta evidenciado o alinhamento entre o planejamento e a contratação que se objetiva.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 Os benefícios a serem alcançados com a contratação perfazem melhorias em diferentes âmbitos de atuação da Polícia Federal, sem olvidar a atuação conjunta com Estados e Municípios no Sistema Único de Segurança Pública, apoiando, também atuação de unidades especializadas e operações interestaduais, bem como auxiliando a defesa civil em operações emergenciais de grande escala, desastres naturais e calamidades de ampla abrangência.

13.2 Dessa forma, a atuação legal e constitucional com ordem judicial prévia, quando cabível, respeita os direitos à privacidade e à intimidade. Em geral, são inúmeros benefícios, como esses:

- Aumentar a efetividade no cumprimento de decisões judiciais;
- Reduzir riscos operacionais para os agentes de segurança pública federal, bem como para a população;
- Aprimorar a segurança da sociedade;
- Auxílio em eventos de grandes desastres naturais;
- Atendimento às emergências que envolvem muitos municípios ou estados;
- Fortalecer a atuação da Polícia Judiciária da União; e
- Redução de tempo e custo em operações de localização e apreensão.

13.3 Corroborando com os benefícios supramencionados, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) detalhou e especificou, exemplificando, os diversos benefícios a serem alcançados com a presente contratação no âmbito da segurança pública federal:

13.4 Localização e Capturas Prioritárias

13.4.1 Em consulta ao site do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisão (BNMP), vinculado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), constam mais de 290.000 (duzentos e noventa mil) mandados de prisão pendentes de cumprimento no país. Dentre os principais crimes com mandados de prisão pendentes de cumprimento, estão aqueles considerados hediondos, de acordo com a Lei nº 8.072/90.

13.4.2 Esses representam condutas gravíssimas que ameaçam os valores mais importantes da sociedade — a vida, a dignidade e a liberdade — e, por isso, demandam um tratamento penal severo e eficaz para garantir a segurança social e a justiça. Veja-se o painel estatístico retirado do site do BNMP:

Tipificação penal das peças



Painel Estatístico BNMP 3.0 - ATUALIZADO EM 14/09/2025

13.4.3 Assim, a contratação de **solução identificadora e bloqueadora sinais de dispositivos móveis** possibilitará, minimamente:

- Localização de foragidos e investigados com mandados de prisão em áreas urbanas e remotas; e
- Suporte às operações de inteligência de Polícia Judiciária e/ou investigação para encontrar indivíduos ocultos ou com identidade desconhecida.

13.5 Bloqueio de Comunicações Ilícitas

13.5.1 A Polícia Federal tem competência de atuação de crimes que podem gerar operações de altíssimo risco como combate à assalto a bancos, atuação em situações de terrorismo (a CF/88 prevê o repúdio ao terrorismo como princípios constitucional no art. 4º, VIII), utilização de explosivos, domínio de cidades, entre outros.

13.5.2 É sabido que as facções criminosas têm coordenado ações violentas a partir de presídios, utilizando dispositivos móveis para ordenar ataques, como incêndios, explosões e execuções. Neste contexto, a contratação trará, por exemplo, os seguintes benefícios:

- Interrupção de comunicação entre criminosos em presídios ou zonas sensíveis;
- Prevenção de ataques coordenados, rebeliões, explosões e crimes orquestrados por facções organizadas;

- Bloqueio seletivo de sinais em áreas sensíveis, impedindo a comunicação entre criminosos e evitando a deflagração de ações coordenadas, como no caso de domínio de cidades;
- Interrupção da comunicação de celular entre membros de facções criminosas;
- Bloquear o sinal dos dispositivos detonadores remotos implantados nos explosivos que se valham do uso de dispositivos móveis; e
- Importante também registrar que o equipamento pode ser usado na proteção das fronteiras brasileiras, portos e aeroportos.

13.6 Fortalecimento da inteligência de segurança pública e investigação policial de contrainteligência

13.6.1 A contratação dessa ferramenta será útil, também, na proteção de ativos da Polícia Federal, ajudando a detectar dispositivos não autorizados em áreas restritas e na produção de conhecimento estratégico.

13.6.2 Colaborando com a segurança orgânica institucional, tem-se exemplo de utilização dessa solução em auditorias de segurança em superintendências, onde o sistema pode identificar dispositivos não autorizados em uso.

13.6.3 Ademais, o uso de telefones celulares dentro dos presídios brasileiros converteu essas unidades em verdadeiros centros de comando para a articulação de ações criminosas.

13.6.4 Os dispositivos móveis, então, tornaram-se meios fundamentais para a logística e o gerenciamento das organizações criminosas além dos muros prisionais, possibilitando a prática de diversos delitos com repercussão interestadual — como, por exemplo, extorsões e ameaças por meio da simulação de sequestros.

13.6.5 Ainda é possível enumerar, de forma relacionada, os seguintes benefícios:

- Identificação de dispositivos não autorizados em instalações críticas da PF;
- Produção de conhecimento estratégico com base em padrões de mobilidade e uso de aparelhos;
- Identificação de aparelhos de celulares em cumprimento de mandados de busca e apreensão e/ou situações flagrâncias; e
- Evitar a ocultação de equipamentos de dispositivos móveis.

13.7 Apoio a Operações Táticas e Antiterrorismo

13.7.1 A adoção de tecnologia que permite identificação e rastreamento de dispositivos móveis também destacará benesses no âmbito operacional ao facilitar o enfrentamento de ameaças modernas. Aqui, a aquisição da solução é um investimento estratégico para prosperar as operações e ampliar a segurança dos agentes de segurança pública e da sociedade.

13.7.2 As aplicações operacionais estão dentre os exemplos abaixo:

- Gerenciamento de reféns: bloqueio seletivo de comunicações para controle estratégico;
- Combate a assaltos a bancos: interrupção de sinais de detonadores remotos e comunicação entre criminosos;
- Localização de foragidos ou agentes desaparecidos: uso aéreo para geolocalização precisa;
- Controle de distúrbios civis: acompanhamento da densidade populacional e bloqueio de comunicações, se necessário; e
- Combate ao extremismo e terrorismo: apoio a operações de neutralização de ameaças;
- Criação de redes privadas para negociação em eventos de crise, como rebeliões com reféns; e
- Localização de vítimas em casos de catástrofes naturais.

13.8 Criação de uma rede privada/segura de comunicação e proteção de dignitários

13.8.1 A tecnologia ainda possui significativa contribuição para acompanhar e neutralizar ameaças em eventos com autoridades ou em locais estratégicos, como aeroportos e sedes de governo.

13.8.2 Em especial, atualmente, a segurança de dignitários perfaz uma Diretoria específica dentro da PF. Em grandes eventos, com multidões, o sistema pode detectar e bloquear sinais suspeitos próximos a áreas de segurança máxima.

13.8.3 Ademais, a ferramenta também permite a criação de uma rede privada de comunicação de dados, a qual poderá ser utilizada em diversas operações policiais de grande relevância, segurança e proteção de autoridades, bem como apoiar os órgãos de segurança e defesa social em situações emergenciais.

- Detecção de ameaças em eventos com presença de autoridades e dignitários; e
- Neutralização de dispositivos móveis próximos a áreas de segurança máxima.

13.9 Crimes Ambientais e Proteção de Povos Originários

13.9.1 Com a contratação em esope, ainda é possível verificar a expansão no combate a crimes ambientais e na proteção de comunidades indígenas, porquanto o sistema permitirá ações mais rápidas e precisas, com rastreamento de invasores e bloqueio de comunicações ilegais durante operações policiais.

13.9.2 Em operações no Norte, em especial, o sistema pode localizar garimpeiros ilegais e impedir a comunicação entre grupos armados em ações de repressão.

13.9.3 Em sínteses, no âmbito dos crimes ambientais e proteção dos povos originários, tem-se, dentre outras, essas considerações:

- Rastreamento de garimpeiros ilegais e invasores em terras indígenas;
- Acompanhamento em áreas de preservação ambiental, contribuindo no combate a crimes ambientais e humanitários; e
- Regiões onde não há comunicação/ou comunicação restrita, facilitar a ação dos policiais federais.

13.10 Apoio as operações de defesa civil em desastre e/ou catástrofes

13.10.1 A ferramenta a ser CONTRATADA, além de apoiar as atividades de polícia judiciária e de prevenção a possíveis ações criminosas, pode também ser utilizada em operações de defesa civil, circunstâncias de significativa importância no panorama mundial.

13.10.2 Ainda mais, o Sistema Único de Segurança Pública clama por integração das instituições responsáveis pela segurança no Brasil, objetivando articular, coordenar e integrar os órgãos de segurança pública e defesa social de âmbito federal, estadual, distrital e municipal, promovendo ações eficientes e coordenadas para prevenir e reprimir crimes, garantir direitos fundamentais e proteger a sociedade.

13.10.3 Como mostram as notícias abaixo, cenários de riscos complexos e interconectados demandam a utilização de solução com características semelhantes às descritas neste ETP, tudo, visando resposta rápida e eficiente às emergências e à segurança da população, veja-se:

Brumadinho: Justiça libera acesso a dados sobre sinal de celulares para auxiliar na localização de desaparecidos



Justiça concede liminar que permite que autoridades solicitem às operadoras dados dos sinais de celulares de quem estavam na área afetada pela tragédia no Córrego do Feijão

27 janeiro 2019

As equipes dedicadas ao resgate das vítimas do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho e à procura dos desaparecidos poderão contar com a ajuda dos dados sobre os sinais de celulares de quem estava na região no horário do acidente quando as buscas forem retomadas.

Na noite de ontem, a AGU (Advocacia Geral da União) obteve na Justiça Federal de Minas Gerais uma liminar que exige que as operadoras de telefonia móvel liberem informações sobre os aparelhos daqueles que estavam na área afetada pela tragédia no Córrego do Feijão sempre que solicitado pelas autoridades envolvidas com a operação de resgate e salvamento.

Através dos dados é possível saber também qual torre de comunicação recebeu o último sinal emitido por um celular que por ventura esteja agora inativo, diminuindo a área de busca o que facilitaria a localização dos aparelhos.

BBC - Brumadinho - Justiça Libera Acesso a Dados

13.11 Diante desses benefícios apresentados, é alta a relação custo-benefício dessa contratação e utilização da solução frente ao crescente avanço tecnológico criminal.

13.12 São diversas aplicações institucionais, a aquisição de Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM) representa um avanço estratégico essencial para a Polícia Federal. Sua aplicação em diversas frentes — repressão ao crime organizado, proteção institucional, operações táticas e inteligência, crime ambiental, proteção à pessoa e proteção civil — reforça sua relevância e impacto significativo na segurança pública, resolvendo várias lacunas operacionais de atribuição do órgão.

13.14 Ademais, a solução está alinhada aos objetivos estratégicos da Polícia Federal (Resolução CG/PF nº 007/2024), promovendo a modernização tecnológica, a eficiência operacional e a proteção da sociedade. Sua implementação contribuirá diretamente para o fortalecimento da ordem pública, o enfrentamento da impunidade e a valorização e segurança da atuação policial.

13.15 Diante do exposto, tendo em vista as competências da Diretoria de Inteligência Policial – DIP, esta equipe da contratação corrobora com as necessidade descritas no sentido que a aquisição de solução capaz de realizar a identificação e o bloqueio de sinais de radiofrequência, bem como criar uma rede privativa de comunicação, de forma célere, eficaz e, principalmente, com maior segurança para os investigadores, representa um avanço estratégico para a instituição, proporcionando maior segurança à sociedade, reforçando a garantia da ordem e da segurança pública.

13.16 Com isso, essa implementação contribuirá diretamente para a melhoria das operações e a modernização dos processos, alinhando-se aos objetivos institucionais, constitucionais e legais de aprimoramento contínuo da atuação policial, apresentando o aumento da segurança de operações e da comunidade em geral.

14. Providências a serem Adotadas

14. Providências a Serem Adotadas

14.1 Considerando a complexidade técnica do objeto, a necessidade de treinamento especializado e as exigências legais aplicáveis, a Administração deverá adotar as seguintes providências:

14.2 Durante a Execução Contratual

- Acompanhamento da entrega, instalação e configuração do equipamento pela equipe técnica da Administração;

- Realização de testes e inspeções preliminares, para verificar conformidade com as especificações contratuais;
- Lavratura do termo de recebimento provisório, condicionando o aceite final à conclusão da capacitação e comprovação da funcionalidade;

14.3 Pós-Entrega e Recebimento Definitivo

- Execução de testes pós-capacitação, nos quais os servidores treinados operem o equipamento, assegurando o domínio técnico do uso;
- Registro em ata ou relatório circunstanciado das etapas cumpridas, inclusive das eventuais não conformidades e soluções adotadas;
- Lavratura do termo de recebimento definitivo somente após a comprovação do pleno funcionamento do equipamento e da conclusão satisfatória do treinamento;
- Monitoramento do prazo de garantia contratual, com a definição de responsáveis internos pela interlocução com o fornecedor para eventuais ajustes ou manutenções.
- Realização de testes e inspeções preliminares, para verificar conformidade com as especificações contratuais;

15. Possíveis Impactos Ambientais

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Conforme determina a legislação vigente, art. 20, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, este ETP contempla a avaliação de impactos ambientais como parte das etapas preparatórias da contratação pública, em atenção ao desenvolvimento sustentável e à mitigação de riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

15.2 A CONTRATADA deverá cumprir, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

15.3 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

15.4 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

15.5 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

15.6 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15.7 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da CONTRATADA e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, e observados o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 7ª edição, outubro/2024.

15.8 São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- Outras formas vedadas pelo poder público.

15.9 A área técnica atesta que seguiu as orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 7ª edição, outubro/2024.

15.10 Oportuno, ainda, ratificar a necessidade de conformidade legal e regulatória, quais sejam:

- Os equipamentos devem possuir homologação pela ANATEL, com certificação quanto à emissão de radiofrequência conforme Resolução nº 715/2019.
- Deve ser exigido do fornecedor o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos (PGR-EEE), nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16. Declaração de Viabilidade

16.1 A análise técnica e jurídica detalhada neste documento demonstra de forma inequívoca que a aquisição de uma Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM) pela Polícia Federal é uma medida urgente e indispensável com objetivo de cumprimento de suas missões constitucionais e legais.

16.2 Por todo o exposto, a contratação do equipamento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho da Polícia Federal. Dessa forma, justifica-se a necessidade de aquisição desse material por meio de contratação direta. A Equipe de Planejamento da Contratação declara, portanto, viável a contratação e recomenda a aquisição da solução proposta.

16.3 Ademais, reitera-se que a presente contratação visa suprir necessidade operacional estratégica, garantindo meios tecnológicos modernos para detecção, identificação, bloqueio seletivo e localização de terminais móveis em redes de 2G a 5G.

16.4 Importa frisar, por fim, que **o equipamento objeto desta contratação não possui, nem poderá possuir, qualquer funcionalidade de interceptação de comunicações telefônicas ou telemáticas, estando sua utilização estritamente limitada às finalidades descritas neste Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com os marcos legais, normativos da ANATEL e diretrizes institucionais vigentes. Resumindo, em geral:**

PLBATM FAZ	PLBATM NÃO FAZ
Pode localizar fisicamente um dispositivo móvel dentro de um raio de alcance limitado	Não faz interceptação do conteúdo de uma comunicação de forma alguma (Não possui qualquer funcionalidade de interceptação de comunicações telefônicas ou telemáticas)

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JAIME CANDIDO DA SILVA JUNIOR

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 02/10/2025 às 12:17:42.

BRUNO OLIVEIRA PEREIRA BERGAMASCHI

Integrante Requisitante

FERNANDO BARROS MARTINS

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 03/10/2025 às 09:37:24.

ELIZEU PEREIRA DE CARVALHO

Integrante Técnico

JULIANA LEMOS DE OLIVEIRA SOMBRA

Integrante Administrativo

TIAGO LEITE CAMPOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/10/2025 às 16:42:39.

JOSE SIQUEIRA DE ARAUJO NETO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/10/2025 às 10:59:07.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I. Glossário Técnico. PLBATM - Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel.docx (29.38 KB)
- Anexo II - Nota técnica anexos.pdf (6.99 MB)
- Anexo III - ANATEL - of. e certificados (1).pdf (885.7 KB)